#### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

# ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

## **22 DE DEZEMBRO DE 2005**

No dia 22 de Dezembro, pelas 09 horas e 30 minutos no edificio do Auditório Municipal, Anfiteatro, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- 1.º Período de Intervenção Aberta ao Público;
- **2-** Informação do Senhor Presidente da Câmara nos termos da alínea e) do art. 53° do Decreto-Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro;
- 3- Plano e Orçamento / PPI da Câmara Municipal de Mirandela;
- 4- Plano e Orçamento / PPI dos SMA;
- 5- Empréstimo a Médio e Longo Prazo no valor de 1.300.000.00 €:
- **6-** Protocolo de Delegação de Competências da Gestão do Aeródromo Municipal de Mirandela;
- 7- Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para:
  - Conselho Cinegético Municipal
  - Conselho Municipal de Educação
  - Assembleia Distrital
  - Associação Nacional de Municípios Portugueses
- 8- Outros Assuntos de Interesse para o Município;
- 9-2.º Período de Intervenção Aberta ao Público.

#### Constituição da Mesa:

A Mesa foi constituída pelos seguintes membros:

2°. SECRETÁRIO...... Humberto António Cordeiro

#### Verificação de presenças:

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 53 presenças, pelo que, foi declarada aberta a sessão pela Presidente da Assembleia Municipal, dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 68 membros no decorrer da sessão.

O Secretário da Mesa, Jorge Pereira, prestou as seguintes informações:

- Cartões de Identificação dos membros da Assembleia Municipal, estão disponíveis para todos os Membros da Assembleia Municipal.

(Acta n.º 02/12 de 05/12/22)

-2-

- Modelo para fornecimento de dados pessoais - afim de facilitar as tarefas dos funcionários dos Serviços de apoio da Câmara Municipal, solicitou o completo preenchimento do modelo que foi distribuído previamente a todos os membros da Assembleia Municipal.

#### Membros em falta:

Maria Isabel G. L. Velho Borges Pires, Adérito Joaquim Ferro Pires, Paulo Manuel P. Rodrigues Pinto, Jorge Augusto Costa, José Carlos, Inácio Augusto Valente e Roger Fer4nando H. Lopes.

## <u>Justificação de faltas:</u> Á reunião de 25/10/05

- José Manuel Vale das Neves

Por motivos profissionais Por motivos familiares

- José Teixeira Pinto

# Á reunião de 22/12/05

- Adérito Joaquim Ferro Pires

Por motivos profissionais

# DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade justificar as faltas mencionadas.

## Correspondência Recebida

A.N.M.P – Ref.Cir. 125/2005, XV Congresso

A.N.M.P. - Ref. Cir. 131/2005 - AG - Orçamento de Estado 2006

- Grupo Parlamentar PCP Orçamento de Estado 2006
- Oficio do Grupo Parlamentar do PSD.
- Membro da Assembleia Municipal, Dr. Maximino Monteiro.
- Manuel A. Gonçalves, membro da Assembleia Municipal eleito nas listas do CDS/PP, renuncia ao mandato, tendo sido em sua substituição, convocado Francisco Paradela Monteiro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que no mandato que se inicia, a disposição dos diversos Grupos Municipais, vai manter-se a que vinha sendo praticada no mandato findo, a qual foi herdada da Revolução Francesa, que é a disposição entre esquerda e direita.

#### Acta da Reunião de 25 de Outubro de 2005

Dispensada a sua leitura dado ter sido previamente distribuída a todos os membros da Assembleia.

#### Votação:

Contra

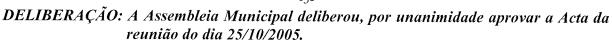
0

Abstenções

0

A Favor

Unanimidade



#### Ponto N.º 1

## 1.º Período de Intervenção Aberta ao Público

O cidadão Carlos Fraga, residente em Mirandela, autorizado a intervir, disse, pretender felicitar e cumprimentar todos os eleitos nos diversos órgãos Autárquicos do Concelho, Senhor Presidente e vereadores da Câmara Municipal, elementos da Assembleia Municipal, membros das Assembleias de Freguesia, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Torre D. Chama, eleita na qualidade de cidadã independente. Realcar também o facto de pela primeira vez, constatar que a totalidade do Executivo Municipal está presente numa reunião da Assembleia Municipal, facto que lhe apraz registar, a todos deseja um bom trabalho em prol do desenvolvimento do Concelho de Mirandela.

De seguida e na sequência dos últimos rumores acerca da possível saída da PSP de Mirandela, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, que noticias tem acerca deste assunto que possa transmitir. É por todos os Mirandelenses reconhecida a importância da permanência da PSP, contudo deverá ser dotada de mais e melhores meios materiais para um cabal desempenho das tarefas que lhe estão confiadas, pelo que a manutenção da PSP em Mirandela, é um assunto que a todos deve mobilizar.

Perguntou também ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, qual a real função da viatura pintada com as cores do Município, onde se pode ler "Mirandela - Cidade Segura", ultimamente não a tem visto com a mesma frequência, nomeadamente nas noites de Verão. período em que as questões de segurança são mais sentidas, pois é uma época mais propícia a assaltos. Entretanto, ouvimos de novo falar em actos de vandalismo em torno das carruagens do Metro.

Também sobre a falta de água na aldeia de Cedaínhos, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, para quando a resolução em definitivo desta carência com que os habitantes daquela localidade se deparam.

Também o cidadão, António Manuel Pires – residente em Mirandela autorizado para o efeito, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, quando prevê que a Câmara liquide a factura do seu restaurante, referente a um serviço efectuado à Câmara Municipal no passado mês de Setembro, o qual foi acordado por um preço especial, e do qual pagou já o respectivo IVA, sem que tenha recebido ainda a factura.

## O Senhor Presidente da Câmara Municipal, deu as seguintes respostas:

Ao Sr. Carlos Fraga, sobre as questões em torno das reivindicações de Mirandela, na medida em que se trata de uma causa de todos os Mirandelenses, todos estarão unidos em torno do objectivo comum, que são os interesses de Mirandela, tais como: Justiça, Saúde, Segurança, Agricultura, Educação entre outros.

Relativamente ao Veiculo "Cidade Segura" disse que este apenas se limita a vigiar os edifícios Municipais, pois a Câmara Municipal não se pode sobrepor quer à PSP quer à G.N.R.

Quanto ao abastecimento de água a Cedainhos, ele vai acontecer conjuntamente com Vale de Asnes, trata-se de um processo da Empresa "Águas de Portugal", o qual está praticamente concluído, pelo que o abastecimento a estas localidades, brevemente vai ser solucionado.

A Rice

Quanto ao Sr. Pires (restaurante D.ª Maria), disse que se trata de uma factura que a Câmara Municipal se comprometera pagar, compreende, já deveria ter pago, o ideal seria recebe-las de imediato.

Autorizado a intervir, o senhor Cassiano Reboredo, disse:

Lamentou a intervenção do membro da Assembleia Municipal, professor Dinis Veiga na sessão da tomada de posse deste órgão autárquico, na medida em que referiu assuntos que nada tinham a ver com a tomada de posse, pois enalteceu determinados organismos, bem como dirigindo alguns insultos nomeadamente a pessoas que estiveram ligados à Segurança Social, nessa medida, o Senhor Presidente da Assembleia deveria dar a palavra ao Senhor Arquitecto Domingos Doutel, para defesa da sua honra.

Solicitou também ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para que, nomeadamente nesta época do ano, os serviços competentes, tenham em conta o reforço da potência da rede eléctrica por formas a evitar falhas no fornecimento de energia, tal como ontem 21/12 aconteceu, nomeadamente na rua da República e rua das Amoreiras, originando alguns problemas em electrodomésticos. Como é sabido, nesta época, além das iluminações de Natal, o consumo doméstico, tem também um aumento significativo, devido à necessidade de aquecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, acerca da pretensão do Sr. Cassiano Reboredo, apesar do período de Natal, disse que tal não é possível, contudo, qualquer cidadão pode solicitar os esclarecimentos que julgue úteis relacionados com o Município.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a questão do Sr. Cassiano e que tem a ver com as falhas no fornecimento de corrente eléctrica, a E.D.P. assegura que tem capacidade instalada em Mirandela para a iluminação pública, contudo, todos os problemas, têm sido comunicados à E.D.P, pelo que qualquer Munícipe deve reclamar junto desta Empresa, tal como o faz aqui na Assembleia Municipal.

## Período Antes da Ordem do Dia

## A Senhora Deputada Elina Fraga - PSD, teve a seguinte intervenção:

Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Membros desta Assembleia. Nesta primeira sessão da Assembleia Municipal após a sua instalação, deixaria aqui uma primeira palavra de apreço, estima e gratidão a todos aqueles que passaram do anterior mandato para esta nova Assembleia e muito contribuíram para engrandecer o debate democrático concordando ou divergindo com a actuação do Executivo, mas comungando sempre de uma mesma preocupação, a busca do melhor caminho para o desenvolvimento estratégico e consolidado de Mirandela. É bom que ninguém se esqueça que muitos houve e infelizmente já aqui não estão que gritaram "Mirandela", não diria até que a voz lhe doesse, porque o Professor Almeida seguramente reivindicaria Direitos de Autor, mas seguramente houve uns tantos que acusaram alguma rouquidão após as Assembleias Municipais. Esgotaram muita da sua energia nesta Assembleia, por isso fica aqui para todos eles um agradecimento em nome de todo o Grupo Municipal do PSD. Para aqueles que se estreiam como para todos os outros, os votos de que possam dar um contributo para que este seja o palco das grandes decisões tomadas no interesse e por Mirandela. De resto com um Governo que para além de socialista o que já não é muito bom, também autista, arrogante e ao que parece determinado a liquidar definitivamente o Nordeste Transmontano, é hoje imperioso, mais do que nunca nas decisões essenciais a tomar nesta Assembleia, cada um

A Rice

de nós se abstraia da sua cor partidária revelando uma união que eles lá em Lisboa pensam que nós não somos capazes de ter. Como diria o Senhor Garrido a união faz a força, enfim, desejo a todos as maiores felicidades neste quase início de mandato e passaria agora à razão da minha intervenção.

#### "Moção"

"O Grupo Municipal do PSD vem propor a aprovação de Moção de Protesto contra a intenção do Governo já manifestada por Sua Excelência o Ministro da Saúde de proceder ao encerramento de maternidades no Distrito de Bragança. Num contexto de luta permanente contra a desertificação do interior e onde é preocupante o acelerado envelhecimento da população, foi desferido um duro golpe que constitui um alarmante retrocesso com o anúncio por sua Excelência o Ministro da Saúde da intenção de proceder ao encerramento das maternidades que registem um número inferior a mil e quinhentos nascimentos por ano. Intenção que só pode resultar de uma política alicerçada numa lógica de lucro que terá o seu maior impacto no interior, nomeadamente no nosso Distrito e Concelho. Intenção que traduz uma política que determinará um desincentivo à natalidade provocando um recuo nos nascimentos e por consequência a crescente desertificação. A consideração de critérios economicistas com exclusão de outros, determinará uma perda inestimável para as cerca de 40.000 mulheres que são assistidas anualmente no Hospital Distrital de Mirandela, que de resto também é aquele que tem um maior número de partos. O encerramento da maternidade de Mirandela, poria em causa as políticas de protecção da maternidade, da família e do saudável crescimento das nossas crianças, cujo primeiro contacto com o exterior é mantido nessa mesma maternidade e que este Governo diz defender intransigentemente. A maternidade de Mirandela é a que maior número de partos tem registados no Distrito de Bragança. A maternidade de Mirandela é a única na região que possui um sistema de antirapto que protege os recém-nascidos. A recente acreditação na qualidade do Hospital de Mirandela, único na região com tal acreditação constitui uma garantia da boa qualidade de prestação de serviços de saúde. A localização geográfica de Mirandela e as acessibilidades concedem-lhe uma centralidade de que nenhuma outra cidade do Distrito de Bragança dispõe. Do enunciado resulta que a maternidade de Mirandela tem todas as condições para continuar a manter a qualidade e segurança na realização de partos, impondo-se o recuo nas intenções manifestadas em nome dos legítimos direitos das populações do Concelho de Mirandela e de tantos outros Concelhos que à mesma acorrem. Pelo exposto propõem que seja aprovado o presente Protesto contra a intenção do Governo de encerramento de maternidades no Distrito de Bragança e sobretudo de Mirandela. Que da decisão que vier a ser tomada por esta Assembleia se for favorável, seja dado conhecimento a suas Excelências, o Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro Ministro, Ministro da Saúde e Presidentes dos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República. Muito obrigado."

# O Senhor Deputado José António Costa Ferreira - teve a seguinte intervenção:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e restantes Membros, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal e restante Vereação, Exm.ºs Senhores Membros da Assembleia Municipal, minhas Senhoras e meus Senhores:

Como sabemos a realidade não é estática, mas sim dinâmica, e como tal, a vida política e partidária não foge a esta regra.

Quis o destino que o meu caminho político divergisse da estrutura partidária, e de alguns dos seus dirigentes, em que tinha até então militado e representado nesta Assembleia, conduzindo, mesmo, à minha desfiliação do Partido Socialista.

H Heisel

Porém não confundo nem confundirei relações pessoais e de solidariedade partidária com a primeira obrigação enquanto eleito à Assembleia Municipal que é, obviamente, a de defender os interesses do Concelho e das suas populações.

Os partidos políticos são essenciais à formação democrática da vontade colectiva, mas não esgotam a democracia.

Nesta conformidade, e por uma questão de ética política, informo a Assembleia e o seu Presidente que não integrarei qualquer grupo municipal, nomeadamente o Partido Socialista – pelo qual fui eleito, passando a exercer o meu mandato como independente, conforme previsto na lei e no Regimento desta Assembleia, no seu ponto 4 do art. 17.º B.

Estou certo que esta minha posição encontrará eco no líder da bancada do P.S., porquanto, e permito-me citá-lo no seu discurso de tomada de posse, afirmou nesta câmara que: "Fomos eleitos por um partido. Mas chegados aqui, o único partido que devemos representar e servir é Mirandela e as suas populações. Bem acima dos partidos estão as pessoas."

Gostaria ainda, a terminar, de deixar a seguinte mensagem – sem a memória do passado não teríamos futuro. E sem um projecto de futuro perderíamos a memória do passado. Muito obrigado.

O Senhor Deputado David Garrido - CDU, cumprimentou a mesa da Assembleia, bem como o Executivo Municipal.

Disse estranhar o facto da Assembleia Municipal não ter iniciado o processo para revisão do Regimento, ele próprio tem propostas para apresentar à Comissão de Revisão. Contudo, enquanto tal revisão não acontecer, a Assembleia Municipal tem que se reger pelo Regulamento do mandato anterior.

Estranha o facto de no caso da Assembleia Municipal de Mirandela, não funcionar a Comissão permanente, assim, propõe a sua constituição.

Também em sua opinião, a Assembleia Municipal deve dar a sua contribuição tendo em vista a concretização do Conselho Municipal de Segurança, tal como se vem verificando, na impossibilidade de ser constituído com a participação das entidades prevista na lei, deverá ser constituído com as pessoas disponíveis para participar.

Conforme estabelece o artigo 52°-A - ponto 2 da lei 169, perguntou qual o apoio em termos de meios humanos e materiais de que a Assembleia Municipal dispõe para o seu bom funcionamento, pois em qualquer circunstância que pretenda obter determinada informação acerca da Assembleia Municipal, gostaria de saber onde e a quem se deve dirigir?

Perguntou também qual a real situação dos transportes urbanos, nomeadamente, circuitos urbanos, paragens e tarifas.

Disse também que em sua opinião, o sinal a indicar o Centro de Saúde 2 em Mirandela, dado que esta estrutura está ainda em construção, deveria ser retirado, sob pena de prestar informação incorrecta.

De seguida, apresentou a seguinte Moção:

"Considerando que o Orçamento de Estado para 2006 aprofunda gravemente a política de estrangulamento do Poder Local, o Governo não cumpre a Lei das Finanças Locais, mantendo os fundos municipais ao nível de 2005 e criando um saco azul de duzentos milhões de Euros para distribuir discricionariamente em benfeitorias inaceitáveis. Introduz na Proposta do Orçamento de Estado normas de tutela sobre as Autarquias Locais que constitui um grave atentado à autonomia do Poder Local e à Constituição da República Portuguesa. Permanecem as restrições ao recurso ao crédito para investimento, apesar de segundo os dados do Banco de Portugal as Autarquias em 2003 ficarem abaixo dos limites de endividamento previsto e em 2004 / 2005 terem contribuído para a diminuição do déficit público, enquanto o Estado

7

continua a contribuir para o aumento da dívida pública. Ao mesmo tempo que prossegue a retracção do investimento do Estado particularmente em infraestruturas e equipamentos sociais, de saúde e de ensino.

A Assembleia Municipal de Mirandela reunida em 22 de Dezembro delibera exigir junto do Governo o cumprimento integral cumprimento da Lei das Finanças Locais e apelar à Assembleia da República para que faça cumprir, corrigindo a distribuição das verbas pelos Municípios e Freguesias, proclamar o seu firme propósito de defender a autonomia do poder local consagrado na Constituição da República Portuguesa."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse aceitar de bom grado a opinião do Senhor Garrido sobre a comissão permanente da Assembleia Municipal, contudo é um assunto que em devido tempo dará informações sobre a sua constituição.

Quanto ao apoio à Mesa da Assembleia Municipal, disse que por uma questão funcional houve necessidade de alterar o local destinado a tal função, contudo este assunto está a ser equacionado.

## O Senhor Deputado Maximino Monteiro – CDS/PP, teve a seguinte intervenção:

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores da Câmara Municipal, respeitável público.

Se foi com orgulho para mim ter sido o primeiro Presidente da Câmara de Mirandela eleito democraticamente após o 25 de Abril, também me sinto orgulhoso estar aqui hoje na qualidade de membro desta Assembleia depois de quase 30 anos de ausência da vida política activa, a convite de algumas pessoas decidi aceitar o convite que me foi feito para encabeçar a lista do CDS/PP a esta Assembleia nas recentes eleições. Esta decisão traz consigo sacrificios e custos para a minha pessoa. Há dezenas de anos que exerço a advocacia na grande Lisboa, pelo que esta dedicação à Assembleia Municipal irá exigir de mim um redobrado esforço e sacrificio e eis-nos aqui para colaborar com todos vós no desenvolvimento da nossa terra, esperando que todos não sejamos muitos para proporcionar aos Mirandelenses condições de vida melhores para os fixar ao terrunho em que nasceram e continuam a viver.

Posto isto passaria de imediato a abordar aqui alguns temas ao abrigo do Artigo 14.º do Regimento da Assembleia. E começo exactamente por aqueles que me dizem respeito mais concretamente à minha localidade ou seja à Freguesia de Aguieiras donde sou natural. Exactamente porque tenho vivido ultimamente um problema extraordinariamente desagradável levanto-o aqui já nesta Assembleia. Isto prende-se com o fornecimento de águas às aldeias da Freguesia das Aguieiras e não só, S. Pedro Velho, Vilar de Ouro, etc.. Temos um problema muito sério a partir do mês de Setembro. Eu tenho que recorrer a uma captação ainda feita no meu tempo existente nos Chairos, concretamente, para conseguir confeccionar alguma comida na medida em que a água que vem da rede não está realmente em condições. Alertei já as Águas de Portugal para esse facto, alertei o Senhor Presidente da Câmara, alertei também o Director Delegado dos Serviços Municipalizados, só que a informação que chegou até mim é uma informação realmente muito pouco objectiva. As análises que me foram enviadas, são análises datadas de Janeiro deste ano e portanto penso que não foram feitas mais análises e a água quanto a mim está em más condições. Ora bem, há já prejuízos nalgumas casas que têm máquinas de lavar porque as águas tal qual se apresentam acabam por deteriorar também os maquinismos dessas máquinas. Portanto eu pedia daqui ao Senhor Presidente da Câmara para realmente ter em consideração este assunto que considero extraordinariamente grave.

Depois havia aqui uma outra questão que eu queria levantar também desde já e que na verdade se prende com muitas das nossas aldeias. Isto relaciona-se com as obras de reparação

-8-

A Reize

daquelas casas centenárias que todos nó conhecemos. Ao que parece a Câmara terá uma exigência aqui extraordinariamente grave, que é a obtenção de uma Certidão da Conservatória do Registo Predial desses prédios. Sabemos e sobretudo quem lida com estas questões que a grande parte desses prédios não estão inscritos nas Conservatórias e as pessoas lutam com uma dificuldade muito grande para proceder a qualquer reparação na medida em que depois vão à Conservatória e não conseguem obter esse documento. De maneira que eu gostaria que a Câmara se pronunciasse sobre este aspecto.

Tinha aqui outra situação para realmente deixar à consideração da Câmara Municipal e que se prende com a Estrada Nacional 315. É a Estrada que eu utilizo, naturalmente, que é aquela que serve o Norte do Concelho e devido como sabeis, sobretudo aqueles que passam por ali, há passagem de camiões de uma empresa de brita que está ali nas proximidades de Vale Salgueiro. A Estrada, claro que na altura que ela foi construída e eu chamei-lhe durante algum tempo Auto-estrada do Nordeste, as sub-bases não foram devidamente feitas, não estavam a contar com estes camiões que temos modernamente com 30 e 40 toneladas, de maneira que a estrada não tem condições para aguentar esse peso e acaba por estar deteriorada.

Eu finalmente deixaria aqui uma lembrança também ao distinto Presidente da Assembleia, porque esta reunião para mim e penso que para muitos de vós é uma reunião que se prende já com as vésperas de Natal e tem realmente este inconveniente enfim, de alguns que têm que ir passar o Natal com as famílias para fora de Mirandela, que estão aqui na Assembleia Municipal têm o seu tempo já extraordinariamente apertado, de maneira que eu sugeria ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia que no próximo ano marcasse esta reunião um bocadinho mais cedo.

E para terminar queria deixar realmente os meus votos de um bom Natal para todos vós, muitas prosperidades para o ano de 2006. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradeceu a intervenção do anterior orador, entretanto, informou que na marcação destas reuniões, tenta conciliar um conjunto de recomendações, por forma a encontrar uma data mais consensual, pelo menos entre a maioria dos membros da Assembleia Municipal.

#### O Senhor Deputado António Joaquim Figueiredo - PSD, disse:

Antes de mais nada bom dia a todos.

Exm.º Presidente da Assembleia Municipal

Exm.º Presidente da Câmara Municipal e restante Executivo, Senhores Deputados Municipais, minhas Senhoras e meus Senhores.

Compete ao PPD/PSD e restantes grupos eleitos contribuir para o bom funcionamento da Autarquia e todo o trabalho que será elaborado por este Executivo, não deixando também de fazer o papel de fiscalização, no sentido de que este novo Executivo ao qual Sua Excelência vai presidir pretenda criar a todos os Mirandelenses condições necessárias para um melhor eficaz desenvolvimento social, económico, ambiental e cultural, para se viver melhor qualidade de vida na cidade e em todo o Concelho que estamos todos nós a construir. Nos dias de hoje será este o desafio para qualquer autarquia e um grande desafio para os actuais Órgãos Executivos que foram eleitos no passado dia 09 de Outubro. Impõe-se assim o melhoramento do modelo iniciado no último mandato a que V. Ex.ª presidiu com novos e melhorados conceitos de gestão para a cidade e para o Concelho, tendo em conta as modernas praticas urge aplicar que inclui de forma crescente como problema central a melhoria das condições de vida de toda a população. Falo aqui da habitação, da acção social, do emprego, dos transportes, do comércio, do turismo, do desporto, do lazer, da educação da formação, do ambiente urbanismo, do ordenamento do território, das acessibilidades, da agricultura, bem



como todas as infraestruturas dos equipamentos, do ensino, do património edificado e também das chamadas "ci est rouge", saúde, etc. Falo obviamente Senhor Presidente das pessoas que vivem neste Concelho, que tudo determinam e que por tudo também são influenciadas das relações sócio culturais, das segregações, das carências, das misérias e das grandezas. Todas estas raridades coexistem na cidade e no Concelho em geral. Todas estas raridades influenciam a qualidade ambiental que num futuro não muito longínquo as vai caracterizar. Por isso Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Membros do Executivo, Senhores Deputados Municipais, há aqui que direccionar todas as energias para um quadro objectivo estratégico de desenvolvimento, conforme o apresentado aos Mirandelenses e também por eles elaborado e desenvolvido, que torne a nossa cidade, o nosso Concelho competitivos, sem assimetrias e equilibrado. Assim o PPD/PSD acredita que este novo Executivo vai continuar a trabalhar para o desenvolvimento de Mirandela, com compromissos sérios e não tácticas eleitoralistas rasteiras que vão provocar o colapso deste Concelho, mas sim continuar a ser o mais próspero Concelho de Trás-os-Montes Penso que todos os Membros desta Assembleia deveriam corresponsabilizar-se na compreensão destas difíceis tarefas já que creio todos estaremos de acordo que neste quadro tão restritivo em que vivemos, o grande aperto financeiro a nível governamental, vai com toda a certeza ser difícil, mas será um desafío que vamos ganhar, aproximando assim os cidadãos da política, indo ao encontro dos anseios, desejos e ambição para o desenvolvimento da Cidade e Concelho, criando-se uma identidade local através da dinamização e articulação destas instituições, a população, as colectividades, empresários e parceiros, para o desenvolvimento local.

Aqui deixa o PPD/PSD a mensagem que a aula magna que a Assembleia vai assumir, deverá ser um papel de discussão, de ideias estratégicas políticas, económicas, culturais e sociais para o Concelho de Mirandela, tendo as mesmas em conta o esclarecimento da população para as questões mais relevantes, que este processo possa desenvolver laços firmes em eleitores e eleitos, havendo assim uma aproximação dos cidadãos à política estamos a dar a importância devida à participação dos nossos concidadãos da vida activa do Município. Assim o PPD/PSD, espera contribuir de uma forma responsável para que todos nós possamos continuar a trabalhar de uma forma saudável e eficaz para o desenvolvimento do Concelho de Mirandela. Por isso Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Membros do Executivo, Senhores Deputados Municipais, o Grupo, neste caso Parlamentar do PPD/PSD, tem o direito de acreditar que será um mandato da continuidade das grandes obras, um mandato de apoio à terceira idade, à infância, mas também uma aposta no desenvolvimento económico do nosso Concelho com a participação das colectividades, das Associações e gentes em geral para que possamos promover o nosso Concelho.

Ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, ao Executivo, aos Senhores Deputados Municipais um bom Natal e feliz 2006. Tenho dito.

## O Senhor Deputado José Eduardo Almeida – CDS/PP, disse:

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara e Executivo, Senhores Deputados, apenas algumas palavras de circunstância. Em primeiro lugar agradecer a lembrança do slogan da campanha, eu penso que esse slogan serve perfeitamente para todos os Mirandelenses, porque agora todos nós devemos gritar bem alto Mirandela, realmente até que a voz nos doa. Em relação à maternidade, temos que dar esse grito, tal como em relação a outros serviços que Mirandela também se arrisca a perder. Se ao Governo as 40.000 mulheres que a Doutora falou, a protecção da maternidade e da família não interessam, como não interessa a qualidade nem a segurança, apenas interessam os números e a economia, eu pergunto também, como os estádios de futebol estão às moscas, irão fechar aqueles que tiverem menos de 10.000 assistentes?

A Source

Depois pegando nas palavras do Secretário da Mesa, que a Assembleia foi pacífica, pegando também nas palavras do Senhor Garrido, em que diz que a Assembleia deve ter muita dignidade, eu apoio realmente aquilo que disse, mas não posso deixar passar aquando da última Assembleia Municipal, assisti realmente incrédulo a ferozes ataques feitos ao Arquitecto Domingos Doutel, que para além de falsos, foram injustos, porque se queremos que realmente esta Assembleia tenha dignidade, embora possamos não estar de acordo sobre um projecto ou sobre uma obra, esta Assembleia não pode permitir o tipo de linguagem que foi utilizada, eu gostava que o Senhor Arquitecto Domingos Doutel se pronunciasse sobre este caso tão inglório na última Assembleia Municipal.

#### O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse:

Na Assembleia Municipal, temos que respeitar os preceitos que o Regulamento nos impõe, as Assembleias a meu ver e no da maioria, são sempre pacíficas e têm bastante dignidade, desde logo porque cada um de nós no seu íntimo, exige a si próprio que tenham dignidade. A meu ver todo o mandato anterior, decorreu com serenidade, com paz e com dignidade possíveis. Esse foi o projecto e foi o empenho de cada um, se houve um melindre. se houve um atentado contra a honra contra a dignidade das pessoas, penso que isso não é elástico, a honra e a dignidade não são elásticas e devia ter sido tratado no momento próprio. Desde que entrei hoje nesta casa tenho sido solicitado para conseguir uma maneira legal ou pretensamente legal para dar a palavra ao Senhor Arquitecto. A meu ver e dispensando-me de olhar para o Regimento, uma vez que como sabe no Período dado ao Munícipe não pode ser, porque a pessoa que pretende falar não reside dentro da área do Concelho, portanto têm que arranjar outro modo. Mas a meu ver, estas questões têm um momento próprio e se sentia ofendido era na altura própria, se utilizamos esta estratégia do membro do grupo municipal pretender que seja dada a palavra, se o Senhor Arquitecto insiste e se o Senhor Presidente não vê nenhum obstáculo, dava a palavra ao Senhor Arquitecto para poder dizer de sua justiça o que é que o magoa, pois estamos aqui para nos ouvir, para representar o povo, portanto diga o que lhe vai na alma.

# O Senhor Vereador Arquitecto Domingos Doutel — CDS/PP, teve a seguinte intervenção:

Senhor Presidente da Assembleia, minhas Senhoras e meus Senhores, tem sido um problema para eu poder invocar a minha defesa da honra. Senhor Presidente, como sabe, também de acordo com o Regimento, eu sendo Vereador, não posso falar sem autorização do Senhor Presidente da Câmara, o que a meu ver é muito constrangedor uma vez que eu sou oposição a este mesmo Presidente de Câmara, mas o que acontece é que na sessão solene eu perguntei ao Senhor Presidente da Câmara se podia evocar a defesa da honra e o Senhor Presidente da Câmara disse-me que não, por isso temos estado desde o início a falar consigo para ver se poderíamos falar agora. E é isso que eu vou fazer.

Na Sessão Solene da tomada de Posse dos Órgãos Autárquicos, o CDS/PP e a minha pessoa foram particularmente visados sem que para o efeito me tivesse sido permitido responder, já que o Sr. Presidente de Câmara me disse que o não podia fazer naquele dia, não me tendo, pois, sido considerado o direito de resposta e a defesa da honra, que agora faço.

É questionável, muito questionável mesmo que em tal cerimónia tivessem concedido a prerrogativa a cada Partido para ter um orador e o Partido do Poder tivesse tido três. E mais questionável é o facto de nós termos sido alvo de críticas e ataques perante um Auditório cheio de gente, que aqui veio numa ocasião de festa, e só agora, numa sessão ordinária, nos seja permitida a defesa da honra, onde já não estão as pessoas que assistiram a tais dislates. É esta a democracia e a cidadania da nossa terra!...

O orador representante do PSD e o orador Presidente de Câmara em posse em vez de fazerem os discursos do optimismo da vitória, mais evidenciaram o estado de alma da desilusão pelo facto de o CDS ter conseguido manter os 3 vereadores e 36% do eleitorado. Podiam ter saboreado a vitória, podiam ter-nos falado do futuro, mas não, tiveram que atacarnos! É verdade que os vossos correligionários falavam em extinção do CDS, que o CDS

O Presidente em posse, no seu discurso, derrotou toda a gente: o Arq.to Domingos Doutel, o Eng.º Hélder Corujas do PS, o Presidente da Distrital do CDS, e até o Presidente do CDS, Dr. José Ribeiro e Castro. A euforia de ter conseguido aquilo que não esperava - o 4º vereador - levou-o a tais alucinações. A verdade, meu caro Presidente, é que V.ª Ex.ª não derrotou ninguém; quem estava antes no poder já era V.ª Ex.ª; aguentou-se! - Nós é que o não conseguimos derrotar. E aquilo que conseguiu foi só, e apenas, ganhar o vereador ao PS, por uns míseros 150 votos!

ficaria reduzido a um, quanto muito dois vereadores, mas contra as vossas expectativas o CDS elegeu três. Por isso, a vossa quebra de protocolo de boas maneiras na Sessão Solene. Mas,

vamos aos factos.

Já quanto à intervenção do Sr. professor Dinis Veiga, representante do PSD, os disparates proferidos foram mais graves e merecem maior detalhe de atenção.

Começou por referir que o PP fez uma cilada ao PS ao motivar os seus candidatos às Juntas a votarem para a Câmara no PP. O Sr. professor Dinis deve ter confundido o PP com o PSD! Só pode ter sido assim porque o PSD não só fez isso, como já o fizera nas vésperas das eleições de 2001, como arrebatou para si candidatos do PP e do PS com promessas de empregos para si ou familiares, ou, ainda, de metros cúbicos de paralelos: vejam-se os casos Diz, depois que "o PP aparece com um número de votos que de Carvalhais e de Barcel! traduzem por excesso a força deste partido". O Sr. professor Dinis tem, com toda a certeza, andado a Leste dos resultados autárquicos deste concelho, porque se assim não fosse saberia que o CDS foi sempre, desde Abril de 74, a 2.ª ou a 1.ª força autárquica em Mirandela.

Mas, o dito senhor representante do PSD foi mais longe no desvario do ataque e da ofensa ao nos atribuir "arrogância", "prepotência", "a mentira", "a promessa fácil", "a desonestidade intelectual", "o ar ditatorial do candidato e a equipa de reformados à espera do 2.º emprego". O Sr. professor reformado Dinis disse tudo isso, porque ao olhar para nós viu, com toda a certeza, o espelho dos seus próprios atributos e da campanha do PSD. Senão, vejam: mentira, promessa fácil, desonestidade intelectual teve-as o PSD em 2001 no Boletim das Mentiras, dito Boletim Municipal, ao anunciar obras prontas que ainda hoje não existem, e teve-as em 2005 ao anunciar em cartazes obras em ciclos falsos. Mas também usaram de desonestidade ao utilizarem dinheiros dos munícipes numa Agenda que mais não é do que a Agenda de Propaganda do Regime, ou ao afectarem à sua campanha símbolos ou ideias dos cartazes do "Amor está no ar", pagos pela Câmara.

De "arrogância" e "prepotência", o Sr. professor Dinis deve perceber muito, e no tocante ao "ar ditatorial" ganha-me com toda a certeza!

Já quando se refere à "equipa de reformados", e uma vez que o CDS apresentou uma vasta equipa de gente jovem, se referia a dois apoiantes, o Sr. Cassiano e o Sr. Sousa, deveria mostrar mais respeito por dois grandes homens, que sendo efectivamente reformados como V.ª Ex.ª, têm em relação a si a vantagem de terem sido os braços direitos do Grande Autarca e Obreiro de Mirandela, o Dr. José Gama!

Se tudo o que para trás ficou dito se pode e deve enquadrar, com mais ou menos gravidade, no contexto político, já as afirmações e omissões do Sr. professor Dinis em relação ao meu desempenho como Director Distrital da Segurança Social e ao meu relacionamento com a Santa Casa é mais grave e atentatório à minha pessoa. Assim, porque por um lado tenta beliscar o meu desempenho funcional, e por outro usa uma Instituição Social como arma política, a qual deve ser apartidária.

-12-

Quanto ao meu desempenho funcional como Director Distrital não vou prestar contas ao Sr. professor porque as tive de prestar à minha Tutela: tenho, comigo, cartas de agradecimento e louvor pelo meu trabalho dos quatro Secretários de Estado que me tutelaram, dois dos quais do PSD, e que no final lhas posso mostrar, e que são respectivamente do Dr. Marco António Costa (também Presidente da Distrital do PSD/Porto), e da Dr.ª Maria do Rosário Cardoso Águas.

Quanto às afirmações de que criei um mundo de obstáculos à S.ta Casa e nisso fui um mau Mirandelense, desafio o Sr. professor, e mais Presidente da Mesa da S.ta Casa, a apresentar provas disso, sendo que se o não fizer incorre no grave delito da mentira e da ofensa grave!

Mas, porque se trata de uma Instituição Social e o assunto foi nesta Assembleia ventilado, quero esclarecer desde já que apesar de toda a afronta que a Direcção daquela Instituição me fez, mormente aquando da inauguração do CAT pelo então Primeiro-ministro – não me convidando para o efeito, tendo sido o Gabinete do Sr. Primeiro-ministro a fazê-lo – sempre procurei ajudar a Instituição! Fi-lo porque era meu dever e fi-lo para não me acusarem de retaliação política, já que a maior parte da Direcção era e é correligionária do Poder Autárquico.

Como provas do meu empenho na ajuda à Instituição falam os números. Em 32 meses do meu mandato, e apesar de todas as vicissitudes e imposições/limitações da Tutela, a Segurança Social pagou à Instituição pelos acordos de cooperação 5.678.132,53€. Aumentámos aqueles acordos para mais 66 utentes, entre crianças e idosos, podendo dizer-se que no final do meu mandato a S.ta Casa recebia mais 404.470,17€/ano do que quando o assumi, verba proveniente do aumento dos utentes e do valor das comparticipações dos acordos. Demos ainda informações positivas para a atribuição de subsídios, tendo-lhe sido atribuído um Fundo de Socorro Social no valor de 100.189,00€.

Por outro lado, o meu Adjunto era um homem do PSD e estava ao corrente de todos os actos de gestão do Centro Distrital. Por outro lado, ainda, é bom que se esclareça que as grandes decisões, sobretudo novos financiamentos, não cabem ao Centro Distrital: este depende de um Conselho Directivo de um Instituto, que por sua vez cumpre orientações políticas do Governo, através de um Secretário de Estado. E foi por isso que me dei ao trabalho de trazer ao concelho o então Secretário de Estado da tutela, Marco António (também Presidente da distrital do PSD/Porto, como já antes citei), afim de o sensibilizar para as dificuldades das Instituições Sociais do concelho de Mirandela. O Sr. Presidente da Câmara privou então com ele e dele chegou a receber cheques de subsídios para Instituições do concelho. Também ele lhe deveria ter colocado os anseios da Santa Casa!

No tocante à UAI, é bom que se saiba que foi um PSD, Dr. Adão Silva, então Secretário de Estado da Saúde, que inviabilizou os acordos futuros e por conseguinte o aumento dos utentes em UAI, ao instituir as Unidades de Cuidados Continuados.

Em tudo diligenciei para ajudar a Santa Casa e o Provedor sabe-o. Visitei a Instituição com os técnicos do Centro Distrital; dei instruções e informei o Provedor das limitações emanadas da Tutela; incentivei o Provedor a criar Unidades Lucrativas, como já o faziam outras Instituições; pu-lo ao corrente de tudo! Além do mais, criei uma Comissão Distrital de Acompanhamento, onde estavam representadas todas as Instituições e por conseguinte as Santas Casas. Fiz uma gestão aberta e transparente — os representantes dessa Comissão podem testemunhá-lo. Ajudei quanto me era legalmente possível a S.ta Casa de Mirandela, e por isso e apesar da direcção (ou quase toda) me ser politicamente hostil, ao contrário do que o sr. professor insinuou, também em relação à Santa Casa fui um "Bom Mirandelense"!

Não venha, pois, Sr. professor Dinis deitar calúnias e infâmias sobre a minha pessoa. Veja antes para dentro. Analise as "virtudes" e os "defeitos" dos gestores "voluntários" da S.ta Casa na prossecução do trabalho de "Misericórdia" da mesma, e por favor não façam

A Race

-13-

mais comícios partidários dentro da Instituição que é de todos nós e que por lei tem de estar acima da partidarite! Nós sabemos que os fizeram nestas últimas eleições – mais uma prova da vossa desonestidade intelectual – neste caso social e legal!

Para finalizar, em relação à observação de que no mandato anterior não estive presente nas reuniões desta Assembleia, só lhe quero dizer que aqui tem a prova do porquê: para quê aqui vir se o Presidente de Câmara arrebatou para si os poderes da mesma e como tal a vereação da oposição nada tem a prestar a esta casa? Para quê aqui vir se até para usar da Defesa da Honra nos levantam tantas dificuldades? - Mas não se preocupe porque mesmo perante a vossa "grande cultura cívica e democrática" o CDS nada teme: será bem representado pelos seus (agora genuínos) Deputados Municipais e estará sempre presente pelo menos um vereador. Tenho Dito.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que queria dar uma explicação ao Senhor Vereador Domingos Doutel do seguinte. A Mesa foi generosa e ultrapassou-se nas suas regras, porque foi possível utilizar uma estratégia para lhe dar a palavra e eu vou repetir ao Senhor Arquitecto perante esta Assembleia, se V.Ex.ª se sentia ofendido na sua honra devia ter exigido e pedido a palavra em momento próprio. V.Ex.ª não se referiu exclusivamente à defesa da sua honra, porque alargou o âmbito das suas argumentações fazendo um discurso político e eu fui muito generoso dando-lhe todo o tempo.

Ultrapassámos uma hora que é o que manda o Regulamento, e para continuar eu vou ter necessidade de pedir a esta Assembleia que se manifeste através do voto, para saber se temos mais algum tempo. Dado ter esgotado o tempo previsto no Regimento da Assembleia Municipal para **O Período de Antes da Ordem do Dia,** o Senhor Presidente pôs à consideração do plenário o prolongamento deste período por mais uma hora.

Por unanimidade dos presentes, a Assembleia Municipal deliberou, prolongar a discussão deste ponto da Ordem de Trabalhos por mais uma hora.

## O Senhor Deputado Vasco Saldanha - PSD, disse:

Em primeiro lugar queria cumprimentar o Senhor Presidente e a Mesa da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara e toda a Vereação e os deputados colegas eleitos nas últimas eleições. Queria dizer o seguinte, estou nesta Assembleia com muito gosto, fiz parte da Assembleia de Freguesia da minha aldeia, Vale de Gouvinhas, há vinte e tal anos. Fui agora eleito para a Assembleia Municipal e estando em Lisboa, fi-lo sempre com amor à terra que me viu nascer. Inclusive o dinheiro que recebia era para o Jardim Infantil que ajudámos a criar há muitos anos. Queria dizer por isso, venho de Lisboa aqui com muita honra, sempre numa atitude de trabalhar para o Município, para mim, repito, o dinheiro não é importante, faço-o por amor à terra, fui convidado pelo PSD de Sintra para integrar as listas não aceitei, prefiro estar aqui na minha terra.

Queria dizer também o seguinte, fiquei abismado com esta intervenção do Senhor Arquitecto Doutel, porque eu não sei se tinha que falar neste momento. Eu estou aqui exactamente para contribuir para o desenvolvimento do Concelho de Mirandela e não me parece que esta intervenção que já estava concerteza combinada, pudesse acontecer agora, nesta altura e principalmente atacar-se, permita-me Senhor Arquitecto e o Senhor conheceme, atacar-se aqui o Senhor Professor Dinis que fez uma exposição na tomada de posse com todo o direito. Eu penso que não podemos estar aqui a atacar a nível individual as pessoas. Nós podemos expor as nossas ideias, fazermos as nossas exposições, mas por favor, vamos trabalhar e fazer coisas em concreto, porque não leva a nada estas coisas individuais, estas coisas de ataque pessoal para quê? Reparem, por favor, não copiem a Assembleia da República nalgumas situações. Nós estamos aqui, o Concelho de Mirandela e Trás-os-Montes, está a desertificar-se. Eu próprio em Lisboa tenho estado nalguns órgãos, tenho contribuído

H Raise

também no combate à desertificação de Trás-os-Montes e Alto Douro. Somos cerca de 350.000 em Lisboa, nós precisamos de gente cá e gente que ajude a trabalhar pelas nossas terras, por isso temos que unir Trás-os-Montes e Alto Douro e o Concelho de Mirandela. vamo-nos deixar das guerrinhas, expondo sempre as nossas ideias, fazermos as nossas exposições, mas temos que trabalhar para um só objectivo, para o bem do Concelho de Mirandela, foi para isso que eu fui eleito, é por isso que vim à reunião, se não for assim, voume embora. É por isso meus amigos que eu estou aqui. Temos os problemas da polícia, das escolas, da maternidade, porque senão temos que fazer aquilo que eu já disse e escrevi há muito tempo, senão temos que unir a Galiza e Trás-os-Montes e fazer uma Nação, um novo país ou então juntarmo-nos e tornarmo-nos independentes, porque nunca ninguém nos ouve.

Trás-os-Montes e Alto Douro está a desertificar, cada vez a gente vai saindo daqui e depois tiram-nos as coisas. Afinal o Primeiro Ministro é de cá, pelo menos foi registado em Vilar de Maçada, o que é que ele está a fazer por Trás-os-Montes e Alto Douro, no fundo o que é que ele vai fazer? Todas as Câmaras de Trás-os-Montes e Alto Douro têm que se unir e olhar defronte com os problemas graves que nos afectam, não podemos estar aqui, vir à reunião e a seguir ir a almoçar ou jantar e ir embora para Lisboa ou para as nossas terras. Temos que olhar defronte os problemas, temos que dar as mãos todos e dizer bem alto que "nós somos uma nação", senão teremos que mudar de rumo e depois que não nos acusem que nós queremos independência, ou uniões com outras regiões. A Galiza tem 2.700.000 habitantes, é uma região próspera e Trás-os-Montes tem 450 000 habitantes, tantos como o meu concelho que é Sintra e muitos são transmontanos, por isso nós somos poucos, temos que olhar pelas estradas e por tanta coisa, pela cultura que é importante, pela saúde, por isso eu já ouvi as preocupações do Presidente da Câmara e digo sinceramente estou muito de acordo porque nós temos que fazer uma frente de luta. Vamos a Lisboa se for preciso e as pessoas que lá estão transmontanas, têm que fazer frente e temos que decididamente olhar em frente e lutar pela nossa região, pelo nosso Concelho, isso é mais importante e deixe-me repetir, dizer basta com estas coisas pessoais, não vale a pena, agora vamos defender a honra, o Professor Dinis vai defender a honra dele, o outro vai defender a honra dele e passamos aqui o tempo, eu não estou cá para isso. Eu estou cá para saber o que é preciso em determinada freguesia, as escolas, a saúde, coisas importantes, porque nós temos que investir nestas coisas. Temos que investir nas pessoas de Trás-os-Montes e Alto Douro, nas pessoas do Concelho, fora e dentro, para bem de todos nós e essencialmente das pessoas que aqui habitam.

## O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse:

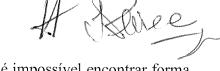
O Conselho Municipal de Segurança deve funcionar com as pessoas que tenham disponibilidade para tal.

Quanto à linha azul dos transportes urbanos, disse tratar-se de uma questão experimental sem paragens fixas, tal verifica-se ao longo da linha, sempre que os utentes o solicitem ao condutor. Quanto ao pagamento, só poderá acontecer quando existir uma Sociedade de Transportes Urbanos de caracter Municipal, questão que não foi ainda tratada quer ao nível do Executivo Municipal, quer em termos da Assembleia Municipal.

Sobre a sinalização do "Centro de Saúde 2" em Mirandela, em boa verdade, tal placa foi encomendada com a nova toponímia da cidade, não deveria ter sido colocada, uma vez que tal aconteceu, ela terá a sua utilidade a partir do próximo mês de Julho, data prevista para a inauguração.

Relativamente à questão da falta de água colocada pelo Dr. Maximino, na Freguesia das Aguieiras, disse que se tratou de uma questão pontual nos meses de agosto e Setembro e que teve origem num problema técnico, a grande questão naquela zona, foi resolvida com o sistema de abastecimento a partir do projecto das 11 aldeias.

-15-



Quanto à recuperação dos edifícios em ruínas, disse que é impossível encontrar forma legal de contrariar o Dec. Lei n.º 555, se o Sr. Dr.Maximino puder ajudar nesta questão, a Câmara Municipal agradece a contribuição.

Relativamente à marcação das datas das reuniões da Assembleia Municipal, apesar da resposta do Senhor Presidente da Assembleia, disse que em sua opinião será sempre preferível programar uma data mais próxima do Natal, também como forma de proporcionar uma maior participação de Mirandelenses em época de férias.

Sobre a intervenção do Arquitecto António Figueiredo, disse concordar perfeitamente.

Sobre a intervenção do Arquitecto Domingos Doutel, disse que tem que observar o regulamento da Assembleia Municipal, o qual foi elaborado pelos representantes dos partidos com assento na Assembleia, assim na sua opinião, nem no dia de tomada de posse, deveria ter usado a palavra, a intervenção do representante dos partidos é feita por um dos elementos da Assembleia Municipal e não pelo vereador desse partido, sejam eles da maioria ou da oposição, os quais para usarem da palavra, só com a autorização do Presidente da Câmara. Se estes procedimentos não são correctos, há que criar novo Regulamento da Assembleia Municipal.

## O Senhor Deputado David Garrido - CDU, disse:

Para esclarecimento daquilo que o Senhor Presidente acaba de dizer, não sendo advogado de ninguém, sou defensor da Lei, e aquilo que o Senhor Presidente disse não é exactamente verdade, na última Assembleia Municipal, aquilo que foi pedido, foi a intervenção de um representante de cada partido eleito para a Assembleia Municipal.

Segunda questão é o facto de o Vereador não poder falar, o artigo 48.º, ponto 3 da lei 169, diz claramente, "os vereadores devem assistir às sessões da Assembleia Municipal, sendo-lhe facultado intervir nos debates, sem direito a voto, a solicitação do plenário ou com a anuência do Presidente da Câmara ou do seu substituto".

#### O Senhor Deputado Dinis Veiga – PSD:

Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, em primeiro lugar desejo um bom Natal, com saúde, porque o resto vem por acréscimo. Eu não estava com ideias de intervir, mas assim me obrigam, em primeiro lugar, dizer o seguinte. Quando foi no acto de posse, eu depois da minha intervenção, que foi uma intervenção política que fiz, eu próprio não pedi conselhos a ninguém, nem dou a ninguém a ler aquilo que escrevo, assumo a minha responsabilidade, mas foi uma intervenção política. Simplesmente há políticos que não têm estofo para aguentar as críticas que lhe são feitas. Figuei assim um pouco, como se diz, talvez tenha sido duro demais, mas hoje afinal eu não fui duro demais. Hoje tenho a certeza que realmente estava certo. A arrogância e a prepotência demonstrou-se com a intervenção do Senhor Arquitecto Domingos Doutel novamente e o ar ditatorial da mesma maneira que exigiu falar nesta Assembleia Municipal. Porque é que não o fez no Público? Não o fez no Público, porque no Artigo 39.º no n.º 5, diz que tem que residir no Concelho. Naturalmente é de admirar que um Vereador recenseado no Concelho se apresente agora com uma residência em Linda-a-Velha, porque motivos? Depois tenta-se levar para o plenário, para a Assembleia tentar pedir a um elemento da Assembleia Municipal a um Senhor Deputado Municipal, que peça a intervenção do Senhor Vereador. E a Mesa também caiu na artimanha, porque o artigo diz que essa solicitação deve ser em plenário da Assembleia, não foi votado se ele podia intervir, mas fizeram bem deixar intervir, porque realmente ele estava muito angustiado e tinha que intervir. Em relação a determinadas coisas que afirmou, tenho-lhe a dizer o seguinte, Senhor Arquitecto. Eu recuso-me a discutir agui assuntos da Santa Casa. Os assuntos da Santa Casa são discutidos no local próprio. Mas, e voltando atrás eu nunca me referi directamente ao Senhor Arquitecto. No meu ponto n.º 3, eu dizia o seguinte, se as crianças são a nossa

-16-

preocupação, os idosos não são menos. Nós temos no nosso Concelho muitos idosos e muitos deles acamados. Nos próximos dez anos é um grave problema que teremos que resolver. A Santa Casa da Misericórdia tem desempenhado um papel enorme nesta área, mas as suas possibilidades de atendimento estão esgotadas. A procura ultrapassa de longe a nossa capacidade de resposta e aqui como Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia, aproveito esta oportunidade para dizer que as pessoas deviam visitar as nossas instalações para verem o trabalho desenvolvido por esta equipa, que desinteressada e gratuitamente, estão à frente dos destinos desta instituição, ao contrário de outros que tendo estado em lugar que nos podiam ajudar a resolver estes graves problemas, nos criaram um mundo de obstáculos e até nisso foram maus Mirandelenses. Diga-me Senhor Arquitecto, onde é que eu aqui o ofendi, onde é que aqui eu esclareci a Assembleia que me referia à sua pessoa. O Senhor resolveu vestir o fato, olhou para o espelho, viu que lhe ficava como uma luva, pavoneou-se e toda a gente ficou a saber que realmente me referia ao Senhor. Não tenho culpa, o problema é seu, não é meu. Mas como eu disse aqui, eu não discuto aqui os assuntos da Santa Casa. Eu discuto os assuntos da Santa Casa nas Assembleias Gerais. E eu estava à espera que o Senhor aparecesse lá no dia 14 de Novembro, que era uma Assembleia Geral. Aqui foi a posse dia 25 de Outubro e dia 14 havia uma reunião e era ali que eu o queria ver explicar aos irmãos da Santa Casa o que é que realmente o Senhor tinha feito pela Santa Casa. Era ali que eu o queria ver. Mas não, não apareceu. Porquê? Nessa mesma reunião foram informados os irmãos que havia eleições no dia 18 de Dezembro e eu sempre pensei, bem vaise guardar para as eleições. Eu até disse para o pessoal, rapaziada, ponham-se a pau porque vamos todos embora, porque eles vão concorrer e nós vamos perder, mas 07 de Dezembro último dia de prazo, listas, nada. Foram buscar foram, mas não conseguiram arranjar apoios para apresentar uma lista. Afinal como é Senhor Arquitecto? Afinal como é, muita conversa. Olhe Senhor Arquitecto é preciso ter cuidado, estou como diz o Senhor Presidente. O Senhor pode concorrer 100 vezes à Câmara Municipal que nunca a ganha. Candidate-se a uma Junta de Freguesia, porque aí ainda pode ter alguma coisa.

Quanto aos reformados, eu tenho-lhe a dizer o seguinte Senhor Arquitecto. Eu ando aqui há muitos anos, já desde o 25 de Abril. Eu nunca recebi um tostão da Autarquia. Eu fui convidado muitas vezes para exercer cargos políticos, nunca abandonei as minhas crianças. Fui professor durante 34 anos e ao fim de 34 anos, reformei-me com 18 faltas Senhor Arquitecto. E depois de estar reformado nunca procurei mais nenhum tacho. Entendeu, tenho dito.

## O Senhor Deputado Rui Magalhães - PSD, disse:

No seguimento desta intervenção, em relação à intervenção do Arquitecto Domingos Doutel, não vou fazer grandes comentários, porque é uma questão que não me diz directamente respeito e não terei todos os elementos necessários, no entanto gostaria de o desafiar, porque eu também fui atingido durante a campanha eleitoral com uma série de inverdades e que afectavam e afectaram a minha família, vinha desta forma desafi-á-lo, porque ele disse que houve membros do PP que concorreram agora pelo PSD mediante promessas de emprego para familiares, se ele diz isto é porque concerteza ele terá conhecimento em concreto de que membros do PP mudaram nestas circunstancias. Era esta a resposta que eu gostaria de ouvir do Arquitecto Domingos Doutel, que provavelmente não se estaria a referir à minha pessoa, porque ele sabe, já dei provas disso. Eu não aceito emprego em detrimento de valores que eu considero essenciais.

#### A Senhora Deputada Elina Fraga – PSD, disse:

O Senhor Garrido começou e quase parece de propósito, esta Assembleia e na sua primeira intervenção, dizendo que as regras era bom que se definissem logo na primeira

A Rouse



reunião, e nós temos ouvido nesta Assembleia Municipal, falar porventura mais do que aquilo que era necessário de democracia, cidadania, regimento, momentos inglórios da anterior Assembleia Municipal e por aí fora. Eu, embora não seja a primeira vez que exerço o mandato na Assembleia Municipal, também não tenho seguramente a experiência que o Professor Dinis tem, mas devo dizer que estas duas Assembleias Municipais a que assisti, quer a primeira quer esta, são aquelas que representaram momentos de maior atropelo ao regimento pelo menos que eu participo nelas, ou seja, logo na primeira Assembleia Municipal e o Senhor Garrido, diz que na Acta vem que foram chamados representantes dos partidos, mas naturalmente, se neste momento o Dr. Manuel Pavão, Presidente da Mesa o chamar ou der a palavra aos representantes, de cada partido, o Arquitecto Domingos Doutel não poderá falar. Portanto na primeira Assembleia Municipal, estando a decorrer uma Assembleia Municipal e sendo convidados a falar os representantes dos partidos, seriam os representantes de cada partido com assento na Assembleia Municipal e portanto não fazia nenhum sentido que ele tivesse falado. Aliás, por isso mesmo e porventura porque é um jurista, em vez de ser o arquitecto, o Dr. Maximino entendeu o repto deixado pelo Presidente da Assembleia Municipal, levantou-se para naturalmente usar da palavra ficando naturalmente embaraçado quando o Arquitecto que não é jurista, tomou a palavra.

Depois para dizer que as coisas não correram só mal nessa Assembleia, nesta Assembleia também têm sido sistemáticos os atropelos ao Regimento. Primeiro, começamos logo pelo público, o público pode naturalmente falar e é um direito de cidadania como proclamou , é o exercício de um direito de cidadania como proclamou o Senhor Carlos Fraga, contudo o público não pode intervir no sentido de fazer discursos de conveniência, fazer intervenções de índole política de qualquer género, muito menos solicitar à Mesa que dê a palavra a este ou aquele, devendo limitar-se a pedir, mais, nem sequer pode pedir esclarecimentos directos ao Presidente da Câmara, porque o Regimento é claro no sentido de que o público pode intervir para pedir esclarecimentos à Mesa, que lhes prestará se estiver em condições de o fazer. O que a Mesa pode fazer, é pedir esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara, em função da interpolação do público.

Depois para dizer que eu entendo que é razoável que tivesse sido dada a palavra ao Arquitecto Domingos Doutel, mas já não é razoável que ele tivesse feito um abuso, dessa mesma intervenção, utilizando determinada linguagem, meus Senhores e minhas Senhoras, o que a nós não nos é permitida, nós membros desta Assembleia Municipal, porque o Regimento desta Assembleia tem uma norma que diz "o Senhor Presidente da Mesa, deve tirar a palavra a qualquer um que utilize essa palavra num discurso injurioso ou ofensivo", portanto eu penso que no mínimo, era exigível a quem fala, num acto de grande generosidade da Mesa, não era abusar desse privilégio e pelo menos respeitar as regras que nos são exigíveis a nós próprios. Também para dizer, já que há este comentário, o público não se pode manifestar, não pode aclamar, nem reprovar, e a Mesa se não conseguir silenciar ou controlar esse mesmo público, deve convidá-lo naturalmente a abandonar as instalações desta Assembleia.

Dito isto, muito rapidamente, gostaria também em relação àquilo que disse o Dr. Maximino, porque sendo ele advogado em Lisboa, eu sou advogada em Mirandela, gostaria de lhe prestar um esclarecimento que se prende com a particularidade do nosso Concelho, contrariamente porventura ao que acontece em Lisboa, em que as pessoas já estão sensibilizadas para a necessidade de proceder ao registo de imóveis, no Concelho de Mirandela isso não acontece. Uma das maneiras, de obrigar, até porque é uma imposição legal como disse o Senhor Presidente da Câmara, as pessoas ao procederem a esse registo é natural a exigência da certidão. Exige-se para requerer uma licença, uma certidão da Conservatória do Registo Predial porque é necessário fazer a prova da propriedade e a prova da propriedade, faz-se através desse registo. E porque é importante isso? Porque as pessoas cá não registam,

-18

mas se forem obrigadas a registar até fazem esse mesmo registo. E esse registo é tanto mais importante porque se presumem proprietários aqueles que têm o seu direito inscrito na Conservatória. O Senhor Dr. Maximino porventura não saberá, mas tem havido graves problemas com pessoas que abusivamente se apropriam de imóveis alheios com recurso àquilo que é o instituto da usucapião, fazendo justificações notariais que não são verdadeiras e provocando uma série de problemas. Portanto, para além de ser uma exigência legal o facto de se exigir a certidão, parece-me a mim que devia de resto ser uma exigência legal, o registo devia ser obrigatório também por outros motivos, parece-me que é de fomentar esta prática para que não haja este tipo de mal entendidos, e as pessoas por causa de 100 ou 200 Euros que despendem no registo, não o fazem, vão depois gastarem 1000 ou 2000 Euros no Tribunal.

#### O Senhor Deputado Luís Pinto de Sousa - CDS/PP:

Bom dia a todos, desejo de Boas-Festas e vou tentar ser breve porque já tivemos uma extensão deste Período de "Antes da Ordem do Dia" e de facto estamos a atrasar os trabalhos mais sérios portanto vou directo ao assunto.

Queria chamar a atenção que no Público de 16 de Dezembro, saiu uma notícia, e como eu tenho ouvido aqui muita gente falar que temos todos que lutar pela região, temos que estar unidos e que Lisboa não tem dado a devida atenção aos Municípios do interior, a Trás-os-Montes em particular, esquecendo-se talvez que parte da culpa se deve aos próprios autarcas que nós elegemos nesta região, portanto eu gostaria de chamar a atenção, esta notícia que fazia referência aos Centros de Informação "Europe Direct", que foram criados e que actuam como intermediários entre os cidadãos e a União Europeia ao nível Local e Regional, sendo a missão destes Centros, permitir que os cidadãos disponham de informação a nível Local e Regional, bem como de respostas a perguntas sobre as instituições, legislação, políticas, programas e possibilidades de financiamento da União Europeia.

Ponto 2, promover a nível Local e Regional o debate sobre a União Europeia e as suas políticas.

Ponto 3, permitir ao cidadão, já que se fala tanto de cidadania, falou-se muito de cidadania na tomada de posse, permitir ao cidadão enviar perguntas, opiniões, sugestões às instituições da União Europeia, em face disto, coloco uma questão.

Para onde foi o Centro de Informação Europe Direct da nossa região? Para Bragança.

Relativamente a outros assuntos, de facto tem que haver algumas alterações ao Regimento da Assembleia, eu gostava que fosse estudada a possibilidade em comissão da criação de um registo de interesses, como de facto a Lei prevê e que pode operar junto desta Assembleia. Além disso, relativamente ao funcionamento, gostava de alertar sobretudo a Câmara, relativamente à comunicação entre a Câmara e os Membros desta Assembleia para eventos e demais actividades. Tem havido uma comunicação deficiente, também estamos no início de actividades, de modo que eu dou alguma margem a esses erros. A comunicação deve ser feita sempre de preferência por E-Mail. Já falámos de cidades digitais, eu acho que é a altura de mudar, para além de eficiente, diminui os custos.

A comunicação deve ser feita também com alguma antecedência e não na véspera do evento, como aconteceu ainda há pouco tempo com a reunião da Comissão de Economia. Eu pessoalmente fui avisado por telefone anónimo, geralmente não respondo a telefonemas anónimos, sobre a reunião que a Comissão de Economia ia ter aqui em Mirandela, eu até gostava de ter estado presente, só que fui avisado sexta-feira às onze horas para estar cá no Domingo. Eu trabalho em Lisboa e acho que há aqui outras pessoas que trabalham fora. É preciso alguma atenção a isso. Eu ganho o pão em Lisboa, que é melhor dizer assim, porque parece que há aqui pessoas que têm o problema pelo facto da residência ser fora de Mirandela e pensarem que nós não temos interesse no seu desenvolvimento. Portanto tem que se ter atenção a identificação do telefone da Câmara, vejam se conseguem resolver esse problema.

H British

-19-

apesar de ser um problema menor. Já agora partilho do que disse o Senhor Garrido, de realmente haver alguém que faça de ligação entre a Câmara e a Assembleia. Um Administrativo, por forma a saber a quem nos devemos dirigir quando queremos qualquer coisa, portanto designar esse Secretário responsável.

Queria novamente dar ênfase àquela proposta que o Senhor Garrido fez na altura da tomada de posse, da questão da reunião em horários pós laborais, eu acho que enriqueceria, teríamos mais presença do público, talvez estudar essa hipótese em comissão.

Quanto à publicação da lista de nomeados, gostava que houvesse alguma transparência nesse processo, também seria aconselhável que se fizesse uso da novas tecnologias de informação, infelizmente esta Câmara já recebeu dinheiros para isso mas não se vê nada a esse respeito, quer dizer não tem um Web site próprio, há um Web site miserável da Câmara, isto envergonha um bocado. Eu já há anos que queria consultar uma Acta ou um documento oficial, nem sequer são colocados online em formato pdf, já as outras Câmaras fazem, têm sistemas Intranet, não sei se isso já está operacional ou não, se já houve formação dos funcionários da Câmara relativamente a isso, mas isso é um assunto que poderemos tratar quando for debatida a questão da cidade digital.

Já agora, perguntar à Câmara se já foi assinado algum protocolo de modernização com a administração local, quanto aos critérios de sistemas de qualidade europeu no que toca à conciliação da vida profissional, familiar e cívica dos funcionários da Câmara, projectos de descentralização de competências e projectos de subsidiariedade. Portanto gostava de saber se de facto esse protocolo foi feito e qual o conteúdo.

## O Senhor Deputado Rui Sá - PSD:

Bom dia a todos, Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara e restante Vereação, caros colegas, público em geral.

Em Vale de Gouvinhas as eleições foram dia 09 de Outubro, de lá para cá preocupamo-nos em trabalhar, parece-me o contrário do que se está a passar nesta Assembleia, temos contas a ajustar com o passado. Queremos nós aqui repor alguma verdade naquilo que o público pôs nos seus boletins de voto dia 09, parece-me que devíamos ir em frente.

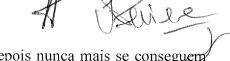
Por isso quero comunicar ao Executivo que me preocupo com algumas questões. Pese embora o facto do bom trabalho que os Serviços Municipalizados nos têm prestado, pareceme que seria como público em geral, deveríamos resolver a situação de acabar com as filas de espera nos Serviços Municipalizados para pagamento da água. Parece-me que estas resultaram do acabar com o pagamento por transferências bancárias que se fazia na Caixa Geral de Depósitos, Banco esse onde grande parte das pessoas das aldeias têm as suas contas e vêem-se agora impedidas de o fazerem.

Prestam-nos alguns serviços nas aldeias nomeadamente a reparação de condutas, ainda que muito fora de tempo, há coisa de 15 dias, pedi para que nos reparassem uma conduta rebentada, com formação de geadas uma parte da aldeia está bastante danificada e ainda não foi reparada, depois parece-me que da reparação que se efectua, levam muito tempo para fazer a reposição dos paralelos. Isto é uma situação que me preocupa imenso em relação aos Serviços Municipalizados, porque já tivemos um acidente na minha Freguesia motivado por uma situação destas.

Também tenho a dizer que me preocupa bastante e estive aqui a passar os olhos por uma acta de dia 07 de Dezembro, onde a área citada como cruzamento da Bouça, em algumas situações deixa de ser cruzamento da Bouça e passa a ser Bouça, eu pedia ao Executivo e à Vereação incluindo da oposição, sempre que se referisse àquela área, se não têm conhecimento peçam esclarecimento, grande parte daquela área é de Vale de Gouvinhas, obviamente que a Freguesia da Bouça tem lá também a sua área, mas que não haja dúvidas

H Ben

-2



quanto aos limites, porque as coisas vão criando hábitos e depois nunca mais se conseguent desmontar.

#### O Senhor Deputado Maximino Monteiro – CDS/PP, disse:

Vou ser muito breve e parece que já não está cá a minha distinta colega para lhe dar a explicação que eu agora pretendia fazer, de qualquer maneira não deixo de a fazer.

Quando eu refiro aqui, isto também serve para o Senhor Presidente da Câmara, a exigência da Conservatória do Registo Predial, entendo que isto tem a ver com a gente das nossas terras, sobretudo a gente das nossas aldeias e porquê? Porque grande parte deles têm o casario das aldeias degradado, dada a desertificação que é uma realidade no nosso Concelho, tal como no Nordeste, infelizmente, a verdade é que as casas das aldeias estão a cair. Há aldeias, incluindo a minha, dentro de 20 anos, ou há realmente obras de reparação muito fortes, ou então grande parte daquelas casas caem todas. O problema é realmente até que ponto a Câmara, naturalmente não pode facilitar simples reparações, às vezes têm realmente problemas e não são de fundo, até que ponto a Câmara pode facilitar, um telhado, tenho um caso concreto, exige-se uma Certidão do Registo Predial para reparar um telhado. Eu entendo que isto realmente é uma exigência exagerada, passo o pleonasmo, portanto o meu objectivo é este, facilitar a vida sobretudo onde é possível, porque eu sei e esta também é outra dificuldade que as pessoas têm, é fazer as justificações notariais através daquela figura que conhecem que é o "usucapião", mas na verdade é extraordinariamente difícil para a gente que está nas aldeias. Até que ponto é viável, a Câmara pode transigir em pequenas reparações na exigência deste documento. É este alerta que eu deixo realmente, para evitar que as pessoas acabem por deixar cair, porque na verdade perante a burocracia que infelizmente temos, é realmente difícil às pessoas tratar de um assunto destes, tenho pena que ela não esteja realmente aqui presente, mas terei oportunidade até de lhe dizer pessoalmente, porque o Código de Registo de Propriedade é igual em Lisboa c é igual aqui, só que em Lisboa não há tantas justificações notariais como há aqui, porque as pessoas ao longo deste tempo, não conseguem realmente fazer os tratamentos sucessivos dos registos, acabam depois por mais tarde ter estas dificuldades, na verdade parte do parque habitacional, está em nome ainda daquelas pessoas de há 50 ou 100 anos. É este o problema que agora se debate, por exemplo, o fisco debate-se com um problema muito sério relativamente a esta situação, de maneira que é este alerta que eu deixo fundamentalmente à Câmara Municipal, até que ponto é possível em determinados casos não fazer essa exigência, porque as pessoas têm dificuldade em fazer às vezes uma pequena reparação, quanto mais quando se deparam com esta exigência da Certidão do Registo Predial.

#### O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse:

Quanto à questão do Gabinete que ficou instalado em Bragança e quanto à culpa dos autarcas, dizer que os autarcas têm muita culpa, vamos assumi-las com toda a clareza. Mas as culpas não são só dos autarcas, são dos Mirandelenses todos. Às vezes dos mais preparados, dos mais informados, dos mais esclarecidos, são aqueles que também têm uma dose de culpa nestas situações todas.

Em relação ao Gabinete, fica a saber que a resposta que nós tivemos do Ministério, foi que enquanto a capital de Distrito não tivesse esse Gabinete, não eram colocados noutros sítios. Exactamente assim. Eu estou a dizer o que recebemos, o que eu Presidente da Câmara recebi, o que recebeu Vila Flor, o que recebeu Carrazeda, foi exactamente nestes termos.

Em relação aos convites da Comissão de Economia, quem tinha obrigação de convidar os Deputados Municipais e todos os membros, era a Comissão de Economia. A Comissão de Economia não combinou nada com a Câmara para convidar ninguém. Eu é que como Presidente da Câmara, achei que reunindo cá a Comissão de Economia, além dos

-21-

representantes dos organismos que convidou directamente, também devia convidar os deputados municipais que quisessem participar, só pude fazer isso depois de saber quais os convites que tinha feito a Comissão de Economia. Portanto esta questão que fique clara, foi à última da hora.

Em relação aos protocolos estabelecidos com a Administração, dizer-lhe que nós já tivemos três financiados anteriormente, este ano último não temos nenhum, tivemos mais 16 nas Juntas de Freguesia, no protocolo de modernização administrativa.

Em relação ao Senhor Presidente da Junta de Vale de Gouvinhas, dizer-lhe que as listas de espera vão acabar. E vão acabar porque já foi tomada a decisão, já negociámos com a Caixa Geral de Depósitos, que recuou nos aspectos processuais, também vamos instalar duas caixas Multibanco junto dos Serviços Municipalizados, para que qualquer cidadão não vá para a bicha e possa pagar em qualquer destas situações. Dentro de pouco tempo, uma semana, dez dias, estará isto a funcionar.

Em relação ao Dr. Maximino Monteiro, dizer-lhe que percebi perfeitamente o que queria dizer, nós até já melhorámos nalgumas questões, quando não têm o requisito legal, até na compropriedade fazemos uma coisa, sendo obrigatório o registo e a certidão para que não se dê o sistema de pescadinha de rabo na boca, não faz na Câmara a aprovação do processo, não tem a aprovação do processo não faz a certidão, passamos essa certidão, damos seis meses para que eles façam o registo e que nos apresentem depois passados seis meses esse registo na Câmara e fica a situação resolvida. Não conseguimos passar estes casos porque temos um parecer vinculativo que no artigo 555 não podemos dispensar de nenhuma formalidade, é uma questão a pensar pelos juristas.

#### O Senhor Deputado Luís Pinto de Sousa - CDS/PP, disse:

Relativamente à falha de protocolo, aquilo foi uma pequena observação, de facto é só um alerta para que seja designado esse administrativo, para que as coisas funcionem um pouco melhor, é uma questão de protocolo, a gente tem que organizar a vida, não é de Sexta para Domingo, se houve uma falha da Comissão, sim senhor, é possível que tenha havido, mas a Comissão não vai saber quem são os membros da Assembleia de Mirandela, a menos que lhe seja enviada essa lista atempadamente e que seja o protocolo da Câmara e da própria Assembleia a resolver esse assunto.

Relativamente aos centros Europe Direct, de facto Vila Real também não tem. O Senhor Presidente de facto enaltece as suas qualidades de negociação quando as coisas vêm para cá, quando as coisas não vêm , um silêncio, só alertei que de facto foi para Bragança.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em seguida pôs à votação as Moções apresentadas.

Moção apresentada pela Senhora Deputada Elina Fraga:

#### Votação:

Votos Contra 0 Abstenções 0

Votos a Favor Unanimidade

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a Moção proposta pelo Grupo Municipal do PSD.

Moção apresentada pelo Senhor Deputado David Garrido.

(Acta n.º 02/12 de 05/12/22)

-22-

Votação:

Votos Contra 0 Abstenções 0

Votos a Favor Unanimidade

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a Moção apresentada pelo Membro da Assembleia Municipal David Garrido (CDU).

#### Ponto N.º 2

<u>Informação do Senhor Presidente da Câmara nos termos da alínea e) do art.º 53º do</u> <u>Decreto-Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro.</u>

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse que, dado o actual mandato se ter iniciado há menos de 60 dias, não tinha informação relevante a prestar, contudo, está disponível para responder a qualquer questão que os Membros da Assembleia Municipal entendam colocar.

O Membro da Assembleia Municipal David Garrido – CDU, disse ficar bastante apreensivo quando ouve falar tanta gente sobre a eventual saída da PSP de Mirandela, quando, nomeadamente os dois partidos com deputados eleitos no Distrito, votaram contra as propostas apresentadas pelo PCP na Assembleia da República para inclusão no PIDAC de verbas para construção de novas instalações para a PSP bem como para a GNR.

Além do voto contra na referida proposta, o mesmo aconteceu às propostas para inclusão das obras estruturantes para Mirandela, tais como:

- Instalações do Polo do IPB
- Observatório Regional das Dinâmicas e Políticas Territoriais
- Rede de Transportes Urbanos
- Nova Zona Industrial
- Parque Desportivo da Cidade
- Nova Variante IP4 Cruzamento S. Salvador e EN 213
- Novo Quartel Bombeiros Torre D. Chama

Disse não compreender como é possível os Deputados do Distrito, nem tão pouco tenham optado pela abstenção. Em sua opinião, é realmente incompreensível que obras tão estruturantes e reclamadas para Mirandela, não tenham tido acolhimento favorável junto dos Deputados da Assembleia da República.

Sobre a questão do Hospital e Maternidade, disse que em sua opinião e fazendo uma proposta nesse sentido, a Assembleia Municipal deveria constituir uma Comissão que tomasse contacto com a realidade do Hospital, para que posteriormente possa emitir opinião mais fundamentada sobre este tema.

Quanto aos postais a enviar ao Senhor Ministro da Saúde, disse que deveria haver mais dignidade na sua distribuição.

Esta questão em torno dos Hospitais da Região não pode ser analisada numa atitude partidária, ou seja, é um assunto que a todos diz respeito, contudo lembrou que o Grupo dos Hospitais do Nordeste data já do ano de 2000.

Uma Acta da Câmara Municipal de Mirandela, sobre a AIN, referia que o Senhor Vice Presidente tinha decidido em função do voto de qualidade, assim solicita as informações possíveis, sobre qual a verdadeira situação da AIN.

A Raise

(Acta n.º 02/12 de 05/12/22)

-23-

## A Senhora Deputada Elina Fraga -PSD, disse:

H Blief

Rapidamente em jeito de resposta ao Senhor Garrido e à sua intervenção, nós quando olhamos para um documento, seja uma Proposta, seja uma Lei, seja uma Resolução, seja o que for, temos que nos inteirar da sua globalidade e portanto, não sei se me pode esclarecer, mas intrigou-me isso, se esse voto contra do PSD e do CDS, se foi exactamente só para o Quartel dos Bombeiros da Torre, ou se votaram contra a generalidade da proposta, porque isso é que é importante. Temos que ser sérios quando apresentamos as coisas, porque de uma leitura parcial pode resultar um erro e o Senhor Garrido já o cometeu nesta Assembleia, ou seja, há pouco referiu, está a ser violada a Lei porque o Vereador da oposição pode falar, porque é isso que está escrito, mas esqueceu-se de ler tudo, depois viu que também lá está escrito que pode falar a solicitação do plenário da Assembleia Municipal, bem como se o Senhor Presidente da Câmara lhe der a palavra, é importante ser esclarecida já que abordou o assunto, em que circunstâncias é que esse voto foi contra.

Dizer também que o Senhor Garrido há pouco fez uma referência à necessidade de se manterem as cores partidárias, agora veio dizer exactamente o contrário, porventura ter entendido aquilo que eu disse logo no princípio desta Assembleia, ou seja, em nome dos superiores interesses de Mirandela, muitas vezes é necessário pormos de lado as nossas divergências ideológicas, não significa isso naturalmente que um comunista deixe de o ser. Aquilo que é exigível é que um comunista se abstraia porventura de uma orientação do seu partido, para lutar a favor daquilo que é o interesse de Mirandela.

Aproveitaria ainda, embora porventura não seja o momento mais oportuno, mas porque o Senhor Garrido também falou nisso e é uma questão que eu entendo que se reveste de uma enorme importância, tem a ver realmente com a criação à revelia das autarquias, do centro hospitalar do Nordeste, perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se está inteirado dessa criação, perguntar se tem informações para fornecer a esta Assembleia, quem vai fazer parte do Conselho de Administração, a que critérios é que vai obedecer a decisão sobre as valências a manter ou a extinguir nos diversos hospitais que integram esse Centro, onde vai ficar a sede?

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse, atendendo às intervenções anteriores, solicitou à Assembleia mais objectividade para as diversas intervenções, que todos tentem fazer um pequeno esforço nesse sentido.

## O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse:

Quer o Senhor Garrido, quer a Senhora Deputada Elina Fraga, resumem-se à mesma situação que é ao Centro Hospitalar e que está relacionado ou não com a maternidade. Queria responder das duas formas, é verdade que havia um grupo hospitalar constituído e havia um grupo hospitalar constituído por causa de uma luta que em Mirandela tinha juntado mais de 5.000 pessoas, que não deixou avançar para o Centro Hospitalar, foi nessa altura que o Governo recuou e em vez de fazer o Centro Hospitalar que hoje fez, na altura recuou para um Grupo Hospitalar, que argumentou para iludir a questão dizia, o Grupo Hospitalar permite autonomia dos três hospitais, isto é, Hospital de Mirandela, o de Bragança e o de Macedo, se ficarem em Grupo Hospitalar, reúnem para concertarem posições estratégicas da saúde no Distrito, mas cada um mantém a sua autonomia financeira e o seu conselho de administração. isto é o Grupo Hospitalar. A evolução agora foi completamente diferente, sem ninguém saber de nada e depois de não terem cumprido esse Decreto do Grupo Hospitalar, aparecer um Ministro em Conselho de Ministros a aprovar o Centro Hospitalar, não está em causa se o Centro Hospitalar tem virtudes ou não, tem muitas, o problema que se põe no momento, foi essa a minha indignação, o Senhor Ministro veio ao Distrito numa segunda feira, depois de ter aprovado o Centro Hospitalar no Conselho de Ministros, dar explicações, quando, se queria

-24-

ouvir os autarcas, vinha antes de criar o Centro Hospitalar e explicava-nos a situação, eu dou a minha opinião, hoje sou contra o Centro Hospitalar em termos de princípio, por uma questão que já estou habituado em Mirandela que é esta, não é por não ter virtudes a união e a gestão da saúde integrada no Distrito, eu acho que tem virtudes, é porque não confio e volto a dizê-lo que os sete elementos, o Senhor Ministro assim explicou, a nomear para o Conselho de Administração do Centro Hospitalar, defendam Mirandela e digo isto com toda a clareza. isto é, a situação actual que existe nas nomeações para o Distrito, principalmente para os lugares mais importantes do Distrito, não vejo lá pessoas de Mirandela, se eu souber que esse Centro Hospitalar tem no seu conjunto da direcção pessoas de Mirandela sejam socialistas ou não, se forem socialistas muito bem, mas que sejam de Mirandela e defendam Mirandela, eu penso seriamente se não vale a pena termos o Centro Hospitalar, até lá tenho as minhas dúvidas, e porquê? Porque é esse Centro Hospitalar que vai decidir onde fica a maternidade, ou melhor, essa direcção vai decidir onde ficam as valências, onde se rentabilizam os serviços, onde se faz investimento, esta questão é que me deixa estas preocupações que quero partilhar convosco. Eu quando faço esta reivindicação dos dez mil postais, eu digo, olhe que só vi uma parte da dignidade que foi o Vieira que eu considero que é um Mirandelense, com os seus defeitos e virtudes que distribuiu alguns postais, mas olhe que andou uma equipa constituída por 13 pessoas da Câmara Municipal, funcionários, técnicos superiores, com o Presidente e com os Vereadores à frente a dar a volta, quer à Av. das Amoreiras, quer à Av. da República a distribuir postais, mais, o Presidente fez uma reunião com Juntas de Freguesia, com professores.

Ao sair esta Assembleia estão os postais para toda a gente, para que cheguem a todos os Mirandelenses, conseguiram chegar ao Ministério só em 2 dias mais de 3.000 postais. Isto demonstra bem que os Mirandelenses estão sensibilizados, porque também ouvem a Comunicação Social quer escrita quer falada, que também informa os Mirandelenses do que se passa independentemente de quem distribui o postal. É isto que nós vamos ver e aí para chegar à sua pergunta. Se esses deputados que votaram, merecem a nossa confiança, ou melhor, já não merecem porque deveriam ter votado independentemente da proposta global, eu acho que nessa questão concreta, ou não estavam, não votavam, ou então abstinham-se ou votavam contra e votavam nesse caso estes investimentos para Mirandela. Mas nós vamos ver pior do que isso, leiam o plano de estabilidade e crescimento aprovado em Conselho de Ministros, que é o guia orientador deste Governo, leiam o que vai acontecer na saúde, na agricultura, na comunicações, na justiça, na educação. Leiam e depois vamos ver se os transmontanos todos estão ou não numa luta destas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse, que os temas abordados pelo, Deputado Garrido, bem como pela Senhora Deputada Elina Fraga, esclarecidos entretanto pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, são problemas importantíssimos quer para Mirandela, quer para a Região, daí que é fundamental a força, a coesão, a argúcia, na defesa dos legítimos anseios da nossa região.

## O Senhor Deputado David Garrido – CDU, apresentou a seguinte Proposta:

"Considerando o momento preocupante no sector da saúde do nosso concelho, está a atravessar que é a criação do Centro Hospitalar - maternidade e que o Governo vai implementar.

Considerando também que deve ser preocupação de todos os Mirandelenses e em especial desta Assembleia Municipal tudo fazer para defender este importante sector. Propõe que a Assembleia Municipal de Mirandela, reunida em 22/12/2005, aprove um pedido de

H Raise

reunião com o Conselho de Administração do Hospital de Mirandela para melhor se inteirar dos problemas existentes e futuros para melhor defender os interesses da população."

#### Votação:

Aprovada por unanimidade dos presentes.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a Proposta apresentada.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pediu que todos os partidos indiquem um elemento que integre esta Comissão.

#### Ponto N.º 3

## Plano e Orçamento / PPI da Câmara Municipal de Mirandela

#### O Senhor Deputado David Garrido - CDU, disse:

Como sabem, a actual Lei das Atribuições e Competências por acordo entre o PS e o PSD, retirou às Assembleias Municipais a possibilidade de propor alterações a estes documentos. Como é sabido, a CDU não tem assento no Executivo Camarário, infelizmente para o Concelho dizemos nós, não elegeu nenhum vereador. Se estivesse representada como força política responsável que é, certamente ter-se-ia empenhado para que os cerca de 35 milhões de Euros constantes neste Orçamento Municipal tivessem outros critérios de aplicação, sobretudo aplicado em obras estruturantes e fundamentais ao desenvolvimento sustentado do nosso Concelho.

Queria que o Executivo me respondesse, o ponto 01.02.02 Imposto Municipal sobre Imóveis tem uma verba orçamentada de 1.150.000,00 €, aquilo que eu pergunto é, em que base é que o Executivo faz esta proposta, porque ao contrário doutras Assembleias Municipais do Distrito que fizeram sessões extraordinárias para a aprovação que conforme o artigo 112º diz sobre taxas, Lei do PPI, "as deliberações da Assembleia Municipal referidas no presente artigo, devem ser comunicadas à Direcção Geral de Impostos para vigorarem no ano seguinte, aplicando-se as taxas mínimas referidas no n.º 1, caso as comunicações não sejam recebidas até 30 de Novembro." Ora o que acontece é que, pelo menos que eu tenha conhecimento, esta Assembleia Municipal não aprovou a taxa que como sabem varia entre os 0,4 e os 0,8, portanto não sei se este número que aparece aqui 1.150.000,00, se refere a 0,4 a 0,5, a 0,6 ou a 0,8 que é o máximo, para os prédios urbanos.

Há de facto uma situação que sempre me preocupou que é o valor dos "Outros". Há aqui quase 1.000.000,00 €, dá-me a impressão de que este "Outros", deveria dizer "saco azul", que depois se distribui conforme se entende, porque não vejo, apesar de ter visto isto à lupa, ao contrário dos anos anteriores este documento é muito mauzinho, andei a ver, não vejo por exemplo, que critério para as freguesias, vejo o montante global em que está provavelmente nos outros ou em Freguesias, mas depois não diz a cada freguesia que verba lhe é atribuída. Ora eu não sou Presidente de Junta, não faço parte de nenhuma Assembleia de Freguesia, mas creio que estas, para elaborar os seus orçamentos, deviam saber com o que contam.

Também a atribuição dos subsídios aos organismos do desporto e da cultura, é um pouco de "saco cheio" que depois se distribui conforme os laivos de simpatia ou afinidade política. E só assim se percebe que se dêem subsídios para passar férias em Inglaterra, pareceu-me ser isso que li numa acta, portanto, creio que devia o próprio Município, dirigir-se a essas entidades para que façam o seu próprio Plano de Actividades, apresentarem e dizerem, nós precisamos disto para nos podermos governar, não se diz nada, e aguarda-se que ao longo

A Done

do ano as pessoas batam à porta com o chapéu na mão, tipo "se faz favor", eu precisava de mais tanto, mais um subsídio. A Assembleia não pode propor alterações apenas pode votar, enfim, não proponho nada.

Depois há aqui assim uma série de rubricas, que em comparação com o ano anterior, são de facto complicadas, as rendas de habitações por exemplo, têm para este Orçamento menos 14.000,00 €, os edificios já têm a mais 3.000.

Venda de livros e documentação técnica menos 22.350,00 €. Depois para a formação e abonos variáveis eventuais, menos 10.000,00 €. Pessoal em regime de tarefa ou Avença, é menor para este ano, no entanto, prémios, condecorações e ofertas, é mais do dobro do que o ano passado.

Para comunicações este ano são mais 70.000,00 €, os transportes escolares poderá haver alguma razão, menos 155.000,00 €.

Os seguros menos 32.200, também pode haver outra explicação.

A Assembleia Municipal tem aqui um Orçamento de 250,00 €. Ora é da Lei e do Regimento, que a Mesa da Assembleia Municipal apresente para ser incluído neste documento, aquilo que a Assembleia se propõe gastar, ora 250 Euros que é aqui proposto, não dá para pagar uma Assembleia, tenho as contas feitas do que cada elemento recebe, nem sei qual o critério que é definido para o pagamento de deslocações, e a quem, tal como ajudas de custo. Também se fosse possível fazer-me chegar quanto é que na realidade custa esta Assembleia. Quanto e quem tem que se deslocar, quer sejam os eleitos da Assembleia directamente, quer os Senhores Presidentes de Junta que também fazem parte desta Assembleia, quanto é que se gasta com uma Assembleia? É mais de certeza de 250,00 €, mas também admito que esteja no tal saco dos outros.

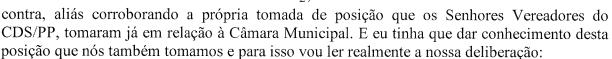
Foi inscrita uma verba de 500.000 Euros para políticas activas de emprego e formação profissional. Gostava que me respondessem, que tipo de formação e a quem se dirige.

Também na rubrica "instituições sem fins lucrativos", há uma verba de 800.000,00 €, também não sei muito bem para quê, é possível que me possam responder.

Para construção, está 1.200.000,00 €, é para o novo bairro social? Para as Freguesias? Há aqui uma verba de 650.000,00 €, mas não discrimina para quem é que são. Eu sei que muitas destas intenções que vêm aqui, não irão ser cumpridas mas servirão certamente para iludir alguns senhores Presidentes de Junta. Afinal onde têm sido gastos os dinheiros públicos durante estes anos. Como é possível que em muitas outras autarquias com as mesmas verbas, a rede de saneamento e água já esteja a 100% há vários anos, no nosso Concelho ainda aparecem no Plano de Actividades deste ano, um rol de freguesias e aldeias sem a garantia desses serviços básicos, serviços fundamentais à qualidade de vida das populações. E mais haveria que dizer, por agora é tudo.

# O Senhor Deputado Maximino Monteiro - CDS/PP, disse:

Ao olhar para este orçamento vem-me à memória o orçamento da presidência da minha câmara, que era de 150.000 contos. Havia depois os subsídios que eventualmente vinham ou não, mas era sempre uma verba com a qual não se poderia contar. Hoje, o orçamento que nos é apresentado para apreciação tem uma verba pelo menos no papel de 7.000.000 de contos. A diferença é realmente significativa. Este orçamento quanto a mim deveria realmente ser um orçamento de rigor, porque a elaboração do orçamento obedece realmente a determinado tipo de cuidado, designadamente, tem que se ter em linha de conta com que valores é que se trabalha, porque se vamos realmente prever receitas exorbitantes, depois não se concretizam, não se realizam, a despesa vai ser prejudicada. É isto que me parece este orçamento. Na verdade deveria ter havido mais cuidado na elaboração deste documento, porque é um documento realmente importante, e ao que parece não houve realmente esse cuidado, daí que, a nossa posição a nível de grupo do CDS/PP, seja votar



"Îndependentemente do circunstancialismo já apresentado na declaração de voto dos Senhores Vereadores do CDS/PP em reunião da Câmara Municipal realizada em 07 de Dezembro de 2005, o grupo municipal do CDS/PP, vem declarar também que vota contra a aprovação do Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2006, com base nos seguintes fundamentos: sendo certo que um orçamento é um quadro onde se prevêem receitas e despesas tomando como referência os valores por exemplo cobrados e gastos por exemplo nos dois últimos anos, não podemos aceitar que este orçamento apresente um desvio quanto à receita de 44,56%. É inaceitável uma diferença desta envergadura. De igual jeito quanto às receitas de capital, a previsão foi de dez milhões seiscentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e setenta e nove euros para 2005. Cobrou-se até Dezembro de 2005, um milhão trezentos e oitenta e três mil, cento e dezassete euros e quatro cêntimos e orçamentou-se para 2006, treze milhões, novecentos e sessenta mil euros. Dúvidas não restam de que estamos perante um empolamento de verbas que vêm falsear o orçamento pelas faltas de rigor na previsão orçamental. De resto, situação semelhante verificou-se também com outras rubricas designadamente venda de terrenos, venda de habitações, venda de edifícios, transferência de fundos comunitários, transferências INH, transferências de Administração Local e outras Receitas de Capitais. Desta feita estamos em face de um orçamento que fica aquém da realidade uma vez que se encontra profundamente empolado, pelo que não sendo concretizada a receita não é também realizada a despesa, logicamente. Para terminar e quanto aos valores considerados na receita e na despesa, não estão correctos, efectivamente o valor global da receita não é igual ao valor da despesa.

Corroboramos também a decepção por o orçamento não contemplar planos e projectos que se reputam de necessários para o desenvolvimento do Concelho. E aqui não se trata, ao contrário do que afirma o Senhor Presidente da Câmara de satisfazer os compromissos do CDS/PP, propostos na campanha eleitoral, ma sim satisfazer também muitos anseios das populações deste Concelho. Em face do exposto, o grupo municipal do CDS/PP delibera votar contra o Orçamento que lhe foi apresentado para apreciação".

#### O Senhor Deputado Dinis Veiga – PSD, teve a seguinte intervenção:

O Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos, são instrumentos de gestão e também vectores de política de desenvolvimento que se preconiza para o concelho.

Como tal este orçamento e Plano Plurianual de Investimentos mantém uma gestão rigorosa, assente em critérios de verdade e transparência, que apesar das dificuldades financeiras impostas pela crise que se vive no país, concentra o seu esforço nas áreas fundamentais, tais como: acessibilidades, ambiente, educação, saúde, acção social, turismo, e desenvolvimento económico.

Contrariamente, ao que se diz na declaração de voto dos senhores Vereadores do P.P, este orçamento e Plano Plurianual de Investimentos é um documento equilibrado, exequível e gerador de desenvolvimento para o próximo mandato.

É normal que a oposição não foque os aspectos positivos mas saliente os aspectos que no seu entender são negativos para assim justificarem um voto negativo ao referido documento

O P.P ainda não interiorizou que os eleitores do concelho de Mirandela não os queriam a dirigir os destinos da autarquia durante os próximos quatro anos.

Esta declaração de voto revela duas coisas: ou não têm argumentos para se justificarem ou então leram o Orçamento e Plano Plurianual de investimentos na diagonal.

Senão vejamos:

-28-

"O P.P refere que há grandes diferenças entre a receita cobrada e a receita prevista"

Se o orçamento é feito com base em previsões, é normal que isso aconteça. Previsões não é o mesmo que receitas fixas.

Nenhum Orçamento de qualquer autarquia do país consegue fazer uma previsão certa das receitas a cobrar.

Nem o próprio Governo consegue fazer uma previsão, apesar de terem outros instrumentos de avaliação do desempenho da economia. Por isso existem os orçamentos rectificativos.

Logo esta justificação não tem qualquer valor, é uma justificação puramente demagógica.

Referem também, que "as despesas correntes, continuam a aumentar."

Afinal os senhores vereadores do P.P continuam com os mesmos livros dos vereadores anteriores. Não conseguem compreender que o aumento das despesas correntes é resultado do aumento da qualidade de vida que têm os habitantes do nosso concelho.

Para haver uma diminuição das despesas correntes teriam de ser feitos cortes no seguinte:

- transportes escolares que gastam anualmente 625.000 Euros;
- Iluminação pública (fechar a luz a partir de certa hora) com gastos anuais de 400.000 Euros;
- Abandono total e parcial da manutenção ou construção de espaços verdes, transformando a cidade / jardim numa cidade/deserto;
- Diminuição das unidades de limpeza e salubridade da nossa cidade e do mundo rural. Os habitantes da cidade viviam juntamente com o lixo e continuariam a não terem casas de banho como antigamente. Os habitantes do mundo rural que despejassem o lixo nos olivais e fizessem as suas necessidades atrás de uma parede;
- Não se deveria ter feito redes de água e sancamento bem como a construção de ETAR'S pois isso provoca despesas de manutenção;
- Não se deveria ter construído a Piscina Coberta e a Piscina no Parque de Campismo, pois isso provoca despesas de manutenção. Deveriam as pessoas continuarem a tomar banho no rio;
  - Não se deveria a continuar a construir Pavilhões Gimnodesportivos no mundo rural;
- Relativamente à educação a autarquia devia acabar com a componente de apoio à família, nomeadamente o fornecimento de refeições, o prolongamento de horário e o acesso ao desporto escolar e a língua inglesa.;
- Muito mais se poderia dizer sobre este tema, mas os senhores Vereadores do P.P não conseguem interiorizar que estas despesas correntes são o resultado da manutenção das infraestruturas colocadas ao serviço ao cidadão para lhes proporcionarem uma maior qualidade de vida.
  - Eu gostaria de ver o P.P a defenderem estes cortes na campanha eleitoral;

Se estes dois itens não justificam a vossa declaração de voto, os que mencionaram a seguir revelam que não foi feita a leitura do Orçamento e Plano Plurianual de Investimento.

Referem os Senhores Vereadores: "não poderemos finalizar a análise deste Orçamento, sem manifestarmos ainda a nossa decepção por não vermos contemplados alguns dos projectos e ideias que consideramos fundamentais para o progresso, designadamente:

- 1- Acessibilidades: "Pavimentação e melhoramento de toda a rede viária municipal e ampliada de acordo com as necessidades da população."
- Está inscrito no Orçamento, para estradas e caminhos municipais 2.467.000 Euros para o ano 2006, totalizando 12.932.000 Euros durante este mandato;
  - Está também para este mandato, em arruamentos 1.512.878 Euros.
  - Afinal as acessibilidades estão lá.

H Raise

-29-

## 2 - Planeamento, Urbanismo e Construção

"Revisão do PDM"

- Este documento já começou a ser revisto no mandato anterior. Estará praticamente no fim para depois ser posto à discussão pública.

"Promoção de construção de Habitação Social"

- Está inscrito para habitação 1.475.000 Euros para o ano 2006 com um total de 5.903.134 Euros para este mandato.
  - Para a Sociedade Reabilitação Urbana 775.000 Euros para este mandato.
- "Reordenar e recuperar o terreno edificado da margem do Tua, nomeadamente o santuário da N.S do Amparo."
  - Está inscrito para o ano 2006 150.000 Euros e para este mandato 1.300.000 Euros.
  - Aqui também não acertaram.

#### 3 - Turismo

- "Criação de uma Empresa Municipal de Turismo."
- Deixem isso para os privados e para a Associação Comercial e Industrial de Mirandela. À Autarquia compete-lhe criar infra-estruturas que atraiam os turistas e apoiar as iniciativas destinadas a esses objectivos, tais como:
  - Museu do azeite com 500.000 Euros para este ano de um total de 945.000 Euros;
  - Remodelação do complexo cultural com um total de 425.000 Euros;
  - Obras no Parque de Campismo com um total de 625.000 euros.
  - 4 Educação e cultura
  - "Concretização de Ecoteca e Quinta ecológica."
  - Está inscrito com um total de 1.400 euros
  - "Criação de Semanas Culturais"
- Já temos a Reginorde, o Jet Ski, a feira da alheira; a maratona da Rota do Azeite, as noites do Parque do Império, as festas de N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup> do Amparo e outros acontecimentos culturais que se vão efectuando ao longo do ano, como: exposições de pintura, de fotografia, lançamento de obras e outras publicações.
  - "Criação do Museu arqueológico do Concelho."
- Já existem muitas peças armazenadas nas instalações do Auditório Municipal, ocupadas pelo Pólo Universitário

Quando o governo resolver a instalação definitiva deste Pólo Universitário, concerteza que a Autarquia instalará o referido museu nesse local.

- "Criação do Conselho Consultivo Municipal de Educação"
- Senhores vereadores do P.P o concelho municipal de educação o concelho Municipal de educação já existe, é a própria lei que exige a sua constituição.
- Neste capitulo da educação existem 324.000 Euros para 2006 num total 1.626.227 Euros.

### 5 - Actividades Económicas / Emprego

- " Criação de uma Agencia para o Investimento, concelho consultivo Municipal das actividades económicas e criação de parques Industriais."
- No orçamento para aquisição de terrenos para zonas Industriais, Urbanização da Zona industrial".

Tecnológico existem para 2006, 375.000 euros num total de 6.999.825 euros

Mais uma vez o executivo aposta na criação de infra - estruturas para atrair industrias para a nossa região e assim criar novos postos de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento e progresso do nosso concelho.

## 6 - Acção Social

A Reviee

-30-

"Mirandela um concelho solidário" plano dirigido a todo o concelho, mas especialmente aos Grupos Sociais mais frágeis e vulneráveis, como idosos, crianças, ¿ deficientes, toxicodependentes e alcoólicos.

- A autarquia tem colaborado na medida das possibilidades com a Santa Casa da Misericórdia na construção de Centros de Dia, para apoio aos nossos idosos.
- Relativamente às crianças contribui com a componente de apoio à família, nomeadamente o fornecimento de refeições, o prolongamento de horários, o acesso ao desporto escolar e à língua Inglesa, a distribuição de material de desgaste para o 1º ciclo, o leite escolar, o aquecimento das salas de aulas, as viagens de estudo, as concentrações de crianças na época da festa do Natal e do Dia Mundial da Criança;
- Quanto aos deficientes apoiou na construção do edificio da sua sede e continua a apoiar nas suas actividades.

Como se pode verificar Mirandela não precisa de ser, porque já é há muito tempo "Um concelho solidário."

#### 7 – Saúde

"Implementação de dois Carros-Saúde, dotados de médico de clinica geral e enfermeiro, para processar diariamente o concelho."

- Isto é demagogia pura. Em vez de "Carros-Saúde" deveriam chamar-lhe "carros da propaganda"
- Se o Ministério da Saúde, pensa em fechar maternidades, hospitais, urgências em determinadas dispensários por falta de clínicos, como seria possível à autarquia conseguir esses clínicos?
- Seriam dispensados pelo Hospital? Pelo Centro de Saúde? Concerteza que não. Eles lutam com falta de clínicos para as suas necessidades;
- Mas mesmo admitindo que fossem dispensados, quais seriam os médicos que se sujeitavam a andar como feirantes pelo nosso mundo rural, sem meios complementares de diagnostico, limitando-se a medir a tensão arterial, os diabetes e passarem algumas receitas de analgésicos;
- A saúde e os cuidados primários da Saúde competem ao estado. É ao Estado que devem exigir mais e melhor Saúde;
- Logo esta ideia do PP não passa de pura diversão. O Povo sabe muito bem distinguir gato por lebre;
  - No orçamento está inscrito para a Saúde uma verba global de 1.398.815 Euros.

### 8 - Juventude

"Criar o Conselho Consultivo Municipal Juvenil;

Fomentar cursos de formação para jovens;

Criação de um parque de actividades radicais no parque Dr. José Gama"

- Criar um Conselho Consultivo Municipal Juvenil é uma forma de ir entretendo os jovens e servirem-se deles para outros fins;
  - Formação para jovens compete ao Ministério da Educação e aos centros de emprego;
- Criação de um parque de actividades radicais. Para isso ser instalado o que teria que sair ou ser destruído no parque Dr. José Gama?
- Este executivo, vai mais longe do que os Senhores Vereadores da oposição. A Juventude precisa de infra estruturas onde possa passar os seus tempos livres, numa sã camaradagem, praticando actividades que contribuam para o seu desenvolvimento físico e intelectual;
  - Com o objectivo de servir a juventude, este executivo vai:
    - Proceder à remodelação do Auditório Municipal,
    - Efectuando uma verba de 425.000 Euros
    - Construção de um pavilhão Gimnodesportivo 325.000 Euros

A Dance

-31-

- Inscrever na rubrica Desporto, recreio e lazer 1.655.000 Euros para 2006 num total de 12.593.058 Euros para este mandato;

- Construção da Ecoteca

É com obras desta natureza que ajudamos a nossa juventude a terem um desenvolvimento integral.

## 9 - Desporto

"Concretização do complexo Desportivo de Mirandela"

- Os senhores vereadores não repararam que existe uma verba para expropriações, acessos e equipamentos de 550.000 Euros para 2006 num total de 6.974.990 Euros para este mandato.

O Complexo Desportivo de Mirandela vai começar a ser uma realidade.

## 10 - Freguesias

"Repor a atribuição a cada Junta de Freguesia de uma verba mensal para despesas de funcionamento, limpeza urbana e outras intervenções urgentes"

- Existe logo na página 2 a rubrica "Transferências de Capital para as Juntas de Freguesia com uma verba de 300.000 Euros para 2006 de um total de 2.128.489 euros para estes quatro anos;

- Aqui neste ponto, eu não poderia deixar passar a oportunidade de manifestar a minha opinião sobre o que se passou no mandato anterior na junta de freguesia da Torre D´ Chama.

Como é do conhecimento dos Senhores Deputados Municipais pela acta da Câmara, o Sr. Presidente da Junta de freguesia da Torre D' Chama, solicitou um subsidio de 120.000 Euros, para pagamento de dívidas deixadas pelo anterior executivo da junta, todo ele PP.

Como é possível deixar 120.000 Euros de dívidas, quando foi a Junta de freguesia que mais subsídios recebeu durante o último mandato?

Onde esta a gestão rigorosa e equilibrada, tantas vezes apregoada pelos dirigentes do partido Popular?

Onde está o equilíbrio entre receitas e despesas, que tanto defendem na sua declaração de voto?

Seria incompetência dos membros da Junta de Freguesia?

Não acredito.

Seria desleixo ou a teoria do deixa andar? Não acredito.

Seria programado, com a convicção de que o PP ganharia as eleições e portanto pagaria sem levantar problemas?

É hipótese que não rejeito.

Esta maneira de actuar, não é inédita, é a segunda vez que assisto a estes métodos; "Eu faço obras e outro que vier que pague", por sinal também acontecem com um executivo liderado pelo PP.

E agora?

Como resolver este problema?

- 1 O executivo não pode, nem deve dar cobertura a estas situações, sob pena de perder o respeito e a confiança dos outros 36 Presidentes de Junta de Freguesia, que diariamente lutam com dificuldades de verbas para resolverem os seus problemas nas respectivas freguesias. Se a moda pega é o descalabro total da administração autárquica;
- 2 A Junta de Freguesia da Torre Dn<sup>a</sup>. Chama, tem que pagar a dívida com verbas que normalmente recebe e esta não deve ser prejudicada por tal situação;
- 3 A Senhora presidente de Junta, com muito pena minha vai ser crucificada pelos seus eleitores:

"Ela é incompetente, não fez nada, o anterior Presidente é que era bom, pois fazia obras. Ela não tem poder reivindicativo junto da Câmara, enquanto com o anterior a Junta foi a mais beneficiada do concelho."

A Poice

-32-

N USON

Há vitórias que são derrotas. Sinceramente eu gostava que esta situação tivesse caído nas mãos do candidato da Junta derrotado."

Regressando novamente ao orçamento e para terminar queria deixar aqui mais algumas rubricas, especialmente para quem não leu este orçamento:

- Reparação e adaptação do Palácio dos Távoras. É uma necessidade urgente de criar condições aos funcionários da autarquia para o bom desempenho das suas funções (1.000.000 Euros na totalidade);
- Construção do Edifício Municipal de Serviços. É indispensável. Com um total de 3.8000.000 euros;

Continuação dos saneamentos com 2.386.900 euros para 2006 de um total de 6.041.047 euros para este mandato

Abastecimento de Água com uma verba de 1.203.000 euros para 2006 de um total de 2.254.820 euros;

- Envolvente da estação da C.P até à Reginorde num Total de 3.100.00 euros;
- Protecção do meio ambiente e conservação da natureza para 2006 1.908.000 euros de um total para os 4 anos de 10.712.16 euros.
- Depois desta exploração sobre o orçamento e Plano Plurianual de Investimentos, espero Ter contribuído para o esclarecimento dos Senhores deputados Municipais e demostrado que vai ser muito difícil arranjarem argumentos para não viabilizarem este plano orçamento.

Estes documentos merecem ser aprovados por todos os membros desta Assembleia Municipal.

Assim fará o grupo parlamentar do P.S.D.

Muito obrigado pela vossa atenção.

## O Senhor Deputado José António Ferreira:

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela.

Li com atenção o documento distribuído que contém as Grandes Opções do Plano e Orçamento.

Este parece de facto vir ao encontro das opções por si reveladas no seu discurso de tomada de posse em que afirmou querer "para Mirandela neste mandato, muito mais do que obras", querer "mais riqueza, mais turismo, mais solidariedade, mais lazer, mais qualidade de vida, mais protagonismo regional, mais emprego e igualdade de oportunidades". Assim o PPI apresentado opta, como se pode ler, por concentrar o esforço da câmara municipal em áreas fundamentais, nomeadamente, acessibilidades, ambiente, educação, saúde, acção social, turismo e desenvolvimento económico.

Estas são sem dúvida metas que se louvam pela sua ambição, mas que exigirão do executivo camarário um empenho e um esforço significativo, dado os tempos difíceis que atravessamos e que mais ainda se avizinham no horizonte, para a sua concretização. Para tal será, em minha opinião, necessário definir com clareza uma agenda para o desenvolvimento do Concelho de Mirandela, e será, também, necessário que o executivo camarário saiba captar o espírito do papel fundamental da autarquia na sua afirmação como pivot junto dos agentes locais.

As autarquias são um dos principais motores da sociedade, dos seus mais importantes dinamizadores económicos e os impulsionadores da estrutura societária de Portugal.

O conjunto de compromissos apresentados no Plano e Orçamento pretendem traduzir o princípio de planeamento sustentado nas propostas de desenvolvimento para o próximo mandato. É aqui, que a câmara municipal de Mirandela, para alcançar tal desiderato tem de traduzir na sua acção executiva uma estratégia de desenvolvimento que reflicta – saber para

onde vamos; explorar as nossas potencialidades; captar investimento gerador de emprego qualificado; ter uma oferta cultural diferenciadora; proporcionar qualidade de vida; em suma reter e atrair pessoas.

É, pois, com uma expectativa positiva, que vejo que este PPI pretende alcançar aqueles objectivos indo de encontro ao que está plasmado no relatório BrandtLand, do Comissariado Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, segundo o qual "o desenvolvimento sustentável assenta em três eixos: Ambiental, Social e Económico, o qual só pode ser alcançado se estes três eixos evoluírem de forma harmoniosa".

Nesse contexto, o tirar partido da capacidade instalada nas vertentes turísticas. culturais, desportivas, associativas, educacionais, económicas, patrimoniais e ambientais, só pode ser equacionada se levar em linha de conta a essência da estratégia das comunidades locais, procurando centrar nas pessoas o evoluir das políticas municipais.

Assim a Agenda de que falava, mais do que um conceito fechado e final, deve pretender ser a base de um Plano articulado que imprima a necessidade de melhorar a qualidade de vida dos habitantes do concelho de Mirandela.

Para isso, é preciso cumprir com empenho e rigor o Plano Plurianual de Investimentos apresentado, que reflecte uma saudável ambição mas também uma exigente concretização, para que possamos caminhar de forma sustentada para atingir um estádio de desenvolvimento transversal – isto é, desenvolvimento económico; desenvolvimento físico e ambiente urbano; desenvolvimento turístico e cultural; e desenvolvimento social – em que, de resto, se inserem as propostas de realização, naquelas áreas, contempladas no Plano, de que são exemplo, o acesso Oeste de Mirandela, a recuperação e valorização da Zona Histórica, segunda fase da Ribeira de Carvalhais, o Museu da Oliveira e do Azeite, o Centro de Saúde II, a Habitação Social e a necessária reorganização da Rede Escolar e Carta Educativa, entre

Senhor Presidente dispõe de todas as condições para levar a cabo com sucesso o projecto autárquico que apresentou aos Mirandelenses e que estes lhe confiaram a sua execução com uma maioria estável, tendo sempre presente que a uma maioria absoluta corresponde uma responsabilidade absoluta.

A tradução material do seu programa político, aqui apresentado através das Grandes Opções do Plano e do seu respectivo Orçamento, merecerá da minha parte, como não podia deixar de ser como membro eleito a esta Assembleia, um atento acompanhamento.

A sua execução plena, e o que ele representa para que Mirandela atinja os níveis de bem-estar desejados por todos nós, a par de uma defesa intransigente da manutenção da Maternidade do Hospital de Mirandela, do Posto da PSP e dos serviços da Direcção Regional de Agricultura contará certamente com o apoio de todos os Mirandelenses em prol destas e das futuras gerações para que valha a pena viver em Mirandela. Muito obrigado.

#### O Senhor Deputado Rui Magalhães:

Eu prometo que vou compensar o tempo que utilizou o Professor Dinis Teixeira, só para fazer algumas considerações, tal como eu fiz no mandato anterior, tenho a tendência para olhar para este orçamento na perspectiva das Juntas de Freguesia. Eu estou aqui nessa qualidade, sou Presidente de Junta tal como outros 36 que aqui estão e nessa perspectiva é justo reconhecer e já o disse noutras ocasiões que tem havido alguns progressos no relacionamento entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. Todos sabem que os orçamentos das Juntas de Freguesia são exíguos, não dão para tudo, secalhar aquilo que nós ganhamos por força da nossa actividade profissional também não dá para tudo. Nós não conseguimos ter tudo aquilo que achamos muitas vezes que temos direito ou que queríamos ter. No entanto, os três ou os quatro mil contos e permitam-me falar ainda em contos que anualmente as Juntas de Freguesia recebem por força dos protocolos de delegação de

-34-



competências, são extremamente importantes para que nós possamos satisfazer inúmeras necessidades, sem esquecer que agregado a esse protocolo vem uma bolsa de materiais com vários tipos de materiais que nós podemos também investir nas respectivas freguesias. Em relação aos protocolos de delegação de competências, provavelmente não é a situação ideal, mas não há situações ideais. Este é o compromisso possível que a Câmara Municipal pode assumir em relação às Juntas de Freguesia, espero que no mínimo mantenham o valor do ano passado, embora nós tenhamos a este nível que ser sempre exigentes. Em relação a outras questões, já aqui foram referidas e não quero repetir, mas em relação à rubrica dos Outros, todos nós sabemos que somos Presidentes de Junta, que é uma rubrica que existe no orçamento. Ela está prevista legalmente, está prevista pelo POCAL e tem regras muito apertadas. Nós não podemos por exemplo fazer uma despesa de investimento e incluí-la na rubrica Outros das Despesas de Pessoal, por exemplo, não é, os Outros existem para fazer face a despesas que ninguém consegue prever quando elabora o orçamento, mas isso é perfeitamente normal. Há uma série de circunstâncias que ocorrem ao longo do ano com as quais nós não contamos mas que têm que ter alguma tradução no orçamento. Isto é uma gestão perfeitamente normal, não só nas Câmaras Municipais, como também nas Juntas de Freguesia. Outro investimento que eu considero prioritário e eu aqui tenho responsabilidades acrescidas, tem a ver com o Santuário de Nossa Senhora do Amparo e congratulo-me pelo facto de que o PPI já contém verbas previstas para recuperação do Santuário de Nossa Senhora do Amparo. Este ano, em 2006 de 30.000 Euros e posteriormente de valor mais elevado. É de facto uma necessidade premente e eu vou fazer pressão, vou estar atento e obviamente como juiz da Confraria, nessa qualidade e também como Mirandelense, vou querer que essa obra seja uma realidade nos próximos dois, três anos. Quanto ao mais teremos que esperar que a execução orçamental seja positiva e obviamente que teremos ao longo do ano, estaremos todos atentos para fazer as considerações que entendermos necessárias.

## O Senhor Deputado José Baltazar Aguiar - PS, disse:

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, respectiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara, respectiva Mesa, Senhores deputados Municipais, caros Munícipes, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Como sabem sou estreante nestas lides da Assembleia Municipal e pensava não estar aqui n início do ano, no entanto a convite do Partido Socialista com um argumento muito forte, um argumento de que poderia dar achegas para o desenvolvimento do Concelho, acabei por aceitar. Acabei por aceitar e quero dizer que é com muita honra que aqui estou e espero poder com toda a humildade e com a experiência dar algumas achegas que possam ser importantes para o desenvolvimento do Concelho de Mirandela. Tenho-o feito enquanto particular, já que tenho investimentos nesta terra, já que da própria imagem dos meus investimentos, eu ligo sempre o nome de Mirandela e quase que me atrevo a dizer que levo Mirandela por este País fora e por outros continentes, já que associo sempre o conceito Mirandela e daí que quando me fazem um apelo, e tenho dado também noutras ocasiões a mesma resposta, um apelo ao serviço público eu não sou capaz de dizer que não e eventualmente posso retirar ao meu descanso para estar aí para dizer sim e para estar aí ao lado e fazendo serviço público e é assim que eu entendo isso.

Estamos no entanto aqui a tratar do Orçamento, teria algumas questões a colocar ao nível da transparência e diria que colocar a nível de pessoal em qualquer outra situação, 190.000 Euros, pessoal em regime de tarefas e avenças, 122.000 Euros, horas extraordinárias 110.000 Euros, Comunicações 270.000 Euros, publicidade 139.000 Euros, quando em equipamentos de promoção e divulgação turística temos 10.000 Euros e outros nos transportes 900.000 Euros como já o Senhor Garrido disse, não é minimamente transparente. Teria também da mesma maneira que dizer que um ano as coisas correm mal e a execução pode ser

-35-

de 35 a 40%., é normal, no segundo ano as coisas voltam a correr mal, uma execução de 40% é normal, mas anos sucessivos e a fio, execuções de 40%, eu direi que não é sério, não é sério/colocarmos um orçamento na base dos 35 milhões, quando vamos ter uma execução na ordem dos 40%. E penso que não devemos colocar-nos no fazer de conta, devemos ser aquilo que somos e fazê-lo bem, profissionalmente, com seriedade e os resultados serão certamente bons.

Tinha também a achega que eu penso que é importante para isto, é que lendo e relendo o orçamento, eu não vejo um eixo estratégico e como numa empresa, como em tudo, tem que haver um eixo estratégico. Como o agricultor sabe onde vai fazer pomar, onde vai fazer sequeiro, como um construtor civil sabe o que vai dedicar a comércio o que vai dedicar a habitação, como todos nas diferentes profissões sabem o que vão dedicar a cada coisa também tem que haver um eixo estratégico, o que é que queremos fazer do nosso Concelho, porque hoje estamos em competição e é competindo que se estabelecem parcerias, ou seja, estamos em competição com Macedo, estamos em competição com Bragança, estamos em competição com Vila Real e estamos em competição com Chaves.

Temos naturalmente que evidenciar as nossas vantagens específicas e é isso que tem que ser a nossa atracção, porque tudo aquilo que eu ouvi aqui discutir, foi toda uma discussão voltada para dentro, não voltada para fora e permitam-me esta ousadia, nós temos que vender Mirandela, tem que se vender Mirandela para aumentar o emprego, tem que se vender Mirandela para nós vivermos melhor, termos de ser mais profissionais, mais competentes, temos que aumentar as nossas competências, não temos que fazer de conta e aquilo que eu vejo aqui é fazer de conta e esse repto eu deixava à Câmara, que defina um plano estratégico e aliás desde já devo dizer como noutras ocasiões que me disponibilizo, para se assim for entendido, para participar numa comissão, em alguma coisa que defina um plano estratégico para Mirandela, para que todos os anos não estejamos aqui sucessivamente a carpir mágoas e a dizer que a nossa taxa de execução é de 35 e 40%.

Já agora uma questão concreta que eu deixava para esse plano estratégico de Mirandela, como Mirandela vai estar no futuro, como vai competir e a competição é feroz e são os mais preparados que vão vencer e serão os vencedores e se isso ainda for possível, que seja orçamentada uma pequena verba dedicado a ideias para Mirandela e que seja lançado isso aos jovens. Há muitos jovens de Mirandela licenciados que estão por esse país fora e que teriam com certeza um contributo muito grande a dar ao nível de ideias e creiam que uma boa ideia é melhor do que todo o dinheiro deste mundo e uma boa ideia obviamente bem concretizada, pode levar Mirandela outra vez ao lugar donde ela nunca deveria ter saído e sempre deveria ter estado.

#### O Senhor Deputado Luís Pinto de Sousa - CDS/PP, disse:

A consideração que eu tinha a fazer relativamente ao Plano Plurianual é muito simples. Recebemos este documento e de facto, já vi planos plurianuais apresentados com um pouco mais de qualidade, mesmo uma lista para as abreviaturas que são utilizadas, pode ser útil para as pessoas que estão pela primeira vez a ler estes documentos. Tentar avaliá-los e portanto uma melhor apresentação, acho que ajudava a sua leitura e compreensão.

Também uma nota introdutória sobre a filosofia do orçamento, porque aquilo que temos nas primeiras páginas não anda longe daquilo que já ouvimos durante a campanha eleitoral, estarmos aqui a levar outra vez com o mesmo discurso, parece-me pouco satisfatório.

Utilizam-se aqui três adjectivos iniciais, gestão rigorosa, critérios de verdade e de transparência, quer dizer, quando se utilizam estes adjectivos é preciso também que haja substância. Gestão rigorosa só queria fazer alusão àquilo que já foi dito pelo Dr. Maximino, de facto houve uma derrapagem, um desvio quanto à receita de menos 44,56%, chamam a isto rigor?

# Device

-36-

Quanto aos critérios de verdade, continuo a dizer o mesmo. Quer dizer, o que se vernaqui dizer, fazer-se mundos e fundos, mas não se cobrou nada, vai-se fazer muita coisa, eu gostava que de facto fosse feita muita coisa para Mirandela, acho que todos gostávamos, os Senhores Presidentes de Juntas gostavam, mas de facto vamos ver quanto é que vai ser feito. A informação que nos chegou e chegou a todos relativamente à capacidade deste executivo. Aquilo que cobrou até à data, eu dou o exemplo da previsão que é feita para a transferência de fundos comunitários, diz aqui 13 milhões 960 mil, mas no corrente ano apenas se recebeu até 30 de Novembro a importância de 1.383 117,04 Euros. Portanto estamos com uma taxa de execução de 12,99%, posso vir aqui prometer, o Senhor Presidente, e o seu executivo, podem vir aqui prometer o que quiserem, mas de facto se a capacidade da receita é assim tão limitada, é um bluf, cumpra quem quiser.

Quanto à transparência como disse, secalhar também tem a ver com o modo de apresentação deste documento, podia ser um bocadinho mais apresentável. Há aqui algumas entradas que de facto gostava que fossem feitos alguns esclarecimentos, depois agradeço aos membros do Executivo que me esclareçam, as verbas de despesa com pessoal em regime de tarefa ou avença, esses 122 mil prémios e condecorações, ofertas 74.600, publicidade 139.000, formação 21.000.

Também gostava de saber, já aqui disse o deputado Garrido. Estudos , pareceres, projectos e consultorias temos 18.000. Isto é tudo despesa que deveria aumentar a massa crítica deste Executivo e desta Câmara, só que depois o resultado é taxas de execução de fundos comunitários a 12,99. Mas como disse este tipo de adjectivos como rigor, critérios de verdade e transparência, só compra quem quiser, vocês estão aí desse lado, se gostarem muito da montanha de areia e dos paralelos colocados à entrada das aldeias e depois que não há obra feita, espero que se manifestem, porque de facto têm aqui oportunidade os Senhores Presidentes de Junta de virem e falarem dos vossos problemas, não é só dizer amem ao Executivo.

#### A Senhora Deputada Elina Fraga – PSD, disse:

Começaria a minha intervenção referindo que depois de ter falado o Professor Dinis, pouco ou nada há a acrescentar. Em todo o caso houve aqui algumas intervenções e eu gostaria também de dar o meu contributo. Falou-se aqui de IMI e pensei que a intervenção se destinasse a frisar que felizmente a taxa do IMI se vai manter nos mínimos, o que, salvo o erro vai ser único aqui no Distrito de Bragança. Por outro lado, também para frisar que o aumento de receita é perfeitamente previsível, toda a gente sabe, penso eu, que neste momento se está a proceder à actualização dos valores patrimoniais dos imóveis, valores que atingem um aumento de 500 e 600 %, assim é perfeitamente previsível que o valor do IMI aumente proporcionalmente.

Depois para dizer também, quando dizemos que a Câmara dá subsídios para passarem férias em Inglaterra é preciso esclarecer que subsídios são esses. Eu não estou em crer, que se reportem a um subsídio que foi dado aos Escuteiros para o Encontro Internacional de Escutismo que se realizou em Inglaterra. Nós não podemos dizer que a Câmara tem que apoiar a Juventude, que a Câmara tem que fomentar o intercâmbio de experiências, o contacto com outras culturas e depois chamar subsidio para passar férias a um subsídio dado aos Escuteiros.

Também para dizer que acharam estranho ou pelo menos manifestaram alguma estranheza em duas intervenções, a despesa prevista para prémios, condecorações e ofertas. Ora se queremos apostar na divulgação de Mirandela, se queremos premiar as pessoas que têm algum mérito, naturalmente, temos que reforçar também essa despesa.

Por último dizer que foi aqui insinuado, que a atribuição de subsídios não terá critérios objectivos, ou se tem, têm a ver com a cor das colectividades, ora, dando apenas a título de

-37-

exemplo o CTM, julgo que é reconhecidamente uma Instituição com alguma simpatia e afectal a muita gente do Partido Socialista, não me parece que o CTM alguma vez tenha sido discriminado por tal motivo.

Depois, sinceramente, tenho pena de ter ouvido o Dr. Maximino, por quem tenho estima e admiração pessoal, dizer aqui que corrobora a posição dos vereadores do CDS, e digo isso porque me parece razoável, pois o programa eleitoral do CDS era diferente do PSD, assim não concordem com as opções estratégicas vertidas neste orçamento e que por isso votem contra. Agora por aquilo que o Professor Dinis já disse eu não vou repetir porque ele já o disse, parece-me que não podiam sufragar aquilo que está vertido na Declaração de Voto do CDS.

Depois para dizer que os factos não deixam de existir pela circunstância de serem ignorados e eu referia logo o primeiro facto. A oposição foi chamada a dar o seu contributo na elaboração do orçamento, foram-lhe facultados todos os elementos de trabalho necessários, para que com seriedade prestassem a sua colaboração. Se o tivessem feito, poderiam constatar se eram ou não acatadas as sugestões que davam, então pergunto, será que não teriam outra legitimidade para se insurgir contra esta estratégia? Depois para dizer que, naturalmente é inequívoco que quem fez a Declaração de Voto do CDS, não viu o orçamento. Refere-se aqui que não se compreendem as despesas correntes e pergunta-se, que tipo de encargos é que serão suportados, o Professor Dinis já referiu aqui alguns, a iluminação pública, os jardins, e já agora também a deslocação do Arquitecto Doutel de Linda-a-Velha a Mirandela, duas vezes por mês e que importa em sensivelmente 1.000 Euros.

Depois também para referir que se falou aqui de forma e filosofia. Criticou-se a forma e lamentou-se a ausência da filosofia. Ora bem, eu compreendo essa preocupação filosófica, sobretudo quando constato que o voto do CDS é pura filosofia e sobretudo quando se quer um Conselho Municipal da Educação, um Conselho Consultivo Municipal do Urbanismo, um Conselho Consultivo Municipal Juvenil, um Conselho Municipal das Actividades Económicas, realmente só mesmo se for para filosofar. Depois para dizer que ninguém aqui está para comprar o que quer que seja, nós estamos aqui para deliberar em consciência e para aprovar ou não este orçamento. Porventura em Lisboa já estará aberta a época dos saldos, em Mirandela ainda não abriu e sobretudo não há saldos nesta Assembleia Municipal.

Por último, em relação à intervenção do Eng.º Baltazar para dizer que V.Ex.ª não vislumbrou o eixo estratégico neste orçamento. Pois eu diria que este orçamento foi concebido de acordo com aquilo que foi o programa eleitoral apresentado pelo PSD, sufragado pelos eleitores e que venceu. Eu compreendo que V.Ex.ª não concorde com ele, por isso é que V.Ex.ª se apresentou como candidato do Partido Socialista. Agora uma coisa é discordar, outra coisa é dizer que não existe. Depois também para referir que é lamentável que se queira imprimir dignidade a este órgão, depois a oposição e em particular o Partido Socialista, não se faça representar numa discussão que é a mais importante do ano.

Por último e em relação às contas, julgo que foi o Dr. Maximino que referiu que elas não estariam correctas, mas estão. Eu penso que houve um erro de somatório da sua parte e não do Executivo, porque se V.Ex.ª Dr. Maximino somar as receitas correntes com as receitas de capital mais as outras receitas, penso que foram essas receitas que não somou, obterá o valor de 35.767. 017 €.

O Senhor Deputado Marcelo Lago – PSD- Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais, a sua intervenção ficou imperceptível na gravação.

# O Senhor Deputado Paulo Pontes - PSD, disse:

Estamos a começar bem estas Assembleias a falar dos Presidentes de Junta, secalhar devíamos repensar melhor esta situação e formar aqui duas bancadas, a dos Presidentes de

A Rice

A Raise

Juntas e a do outro lado, é a segunda vez que se fazem aqui referências às Juntas de Freguesia e agora fez-se referência em forma de piscar o olho, como que a dar a entender que os Presidentes de Junta, ou não terão inteligência ou então serão capazes de votarem coisas contrárias àquilo que eles próprios concordam, dando a impressão que os Presidentes de Juntas andam a armazenar materiais para fazer obras de 4 em 4 anos. Como Presidente da Junta do Franco, ficaria muito feliz se neste momento tivesse lá um grande monte de paralelos e outro de areia, porque amanhã trataria de os assentar.

Tanto quanto sei e de uma auscultação que eu fiz aqui muito rápida, isto deve ser um pouco consequência da inexperiência, ou então de se viver em Lisboa e vir a Mirandela em tempo das campanhas eleitorais, depois durante 4 anos mais ninguém os vê, nem nunca mais acompanham o trabalho das Juntas de Freguesia, se alguém há que trabalha, independentemente da cor política, eu acho que as Juntas de Freguesia representam muitíssimo bem o seu papel, de certeza absoluta que defendem tanto quanto podem os seus munícipes.

Da auscultação que fiz muito rapidamente, os Presidentes de Juntas que porventura tinham medas de paralelos e medas de areia, neste momento já as assentaram todas, o que revela a grande eficácia destes Presidentes de Junta de Freguesia.

#### O Senhor Deputado David Garrido - CDU:

Uma intervenção muito curta que não posso deixar de a fazer, na minha primeira intervenção dirigi-me ao Executivo, é claro que esperava e ainda espero uma resposta do Executivo, mas pelo que parece, o Executivo tem uma advogada que o defende antes do próprio Executivo. Como tenho vagar, estou aposentado há cinco anos, tenho vagar de ler tudo e até tenho vagar de ler as Actas anteriores. Quando a Dr.ª Elina Fraga era porta-voz do CDS/PP, hoje é porta-voz do PSD. Como ainda é nova pode ser que seja porta-voz de um outro qualquer, é possível.

Quando eu referi de facto às férias em Inglaterra, efectivamente, não o disse mas a Senhora percebeu porque lê as Actas do Executivo, mas eu falei para o Executivo não foi para a Senhora, mas referia-me exactamente ao subsídio que foi atribuído aos Escuteiros, não foi atribuído a um nem a dois em representação, foram a dez, por isso é que eu entendo que dez elementos de Mirandela para Inglaterra, eu interpreto, em minha opinião é um exagero e portanto é possível que seja infeliz a palavra férias, admito, agora que me parece um exagero atribuir um subsídio a dez elementos para irem a Inglaterra, quando tantas carências temos no Concelho, me parece, eu sinto, tenho que o dizer.

Relativamente ao IMI, aquilo que eu perguntei, se a verba que vem no documento é a percentagem que se refere. O Executivo ainda não respondeu, a Senhora já respondeu que é o mínimo Como de facto entre o Plano e Orçamento de 2005 e o Plano e Orçamento de 2006 há um acréscimo, é um acréscimo natural, há inflação, mas como é um acréscimo e como anteriormente vigorava o 0,8 eu admiti. Não tenho a certeza porque não tenho bases que me digam que é 0,4, que é 0,5 e eu pago, hei-de pagar impostos às finanças, porque tenho felizmente bens e tenho que pagar, e quero saber quanto é que me vão cobrar, porque se me cobrarem mais do que o mínimo e como ainda não me foi respondido, a senhora também não me respondeu como advogada do Executivo, não sei qual é a percentagem, por isso é que eu perguntei, porque quero saber como é que as coisas são, o que é que foi informado às finanças que hão-de cobrar. E quando eu também dizia que este tipo de orçamento, enfim, é o que é, e o Senhor Presidente de Junta de Mirandela, que também é Presidente da Confraria de Nossa Senhora do Amparo, é só para lhe dizer que em 2005 já existia aqui assim 57.300 Euros para 2005 e 943.000 Euros para 2006. Quanto é que foi gasto? Creio que zero, não sei se foi gasto alguma coisa nesta verba. Este ano apresenta 150.000 Euros para 2006 e depois 1.150 para 2007. Portanto as verbas estão cá e o Senhor diz que vai estar atento, eu também vou.



# O Senhor Deputado Luís Pinto de Sousa - CDS/PP, disse:

Senhor Presidente, dirijo-a a si por uma razão de estilo de linguagem que já paira nesta Assembleia desde o início. As pessoas esquecem-se que de facto eu posso porque a lei o permite, não residindo em Mirandela e fui eleito em Mirandela, apresentei-me nas listas, sou como alguns dos presentes e julgo também do PSD residentes noutras terras onde ganham a vida e portanto as observações do "lá em Lisboa", "lá em Sintra", "lá em Cascais", "lá em Odivelas", onde quer que seja, caem mal, para o que está a ser debatido.

A minha contribuição, sou novo nisto, mas já me sentei muitas vezes lá atrás, secalhar já estive presente em Assembleias Municipais mais vezes do que alguns aqui eleitos, só que sentei-me lá atrás no público. Desta vez decidi participar e dar a cara, decidi envolver-me e agora vão ter que apanhar comigo pelo menos nos próximos quatro anos. Portanto a única coisa que queria dizer de facto, abram um bocadinho os horizontes e respeitem quem está a trabalhar fora e que dedica parte do seu tempo a ler relatórios plurianuais, intervenções, Actas da Câmara, ou o que quer que seja para dar o seu melhor contributo.

Peço desculpa de facto ao Senhor Presidente de Junta que se sentiu ofendido com aquela expressão da areia e dos paralelos, a única coisa que eu queria dizer é que tenham atenção, de facto há aqui uma discrepância muito grande entre a despesa e a receita, era isso que eu queria alertar e convidar os Presidentes de Junta a manifestarem-se.

#### O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

Antes de dar a palavra à Dr.ª Elina, havendo-se dirigido directamente à Mesa, ao Senhor Presidente e aos Senhores Secretários, impõe-se fazer um comentário, dar uma resposta. A Mesa tem estado atenta ao decurso da Assembleia, procura interpretar o Regulamento que está em vigor e que me parece que há uma vontade unânime de o alterar através de uma comissão que a breve trecho será eleita. Como é bem perceptível para aqueles Senhores Membros que estão com atenção e se preocupam com o decorrer da Assembleia, temos feito um esforço notável para que a serenidade, a moderação, a ponderação, a respeitabilidade, a urbanidade, sejam preceitos dos Senhores Membros desta Assembleia. É certo que nem sempre estaremos atentos e uma vez ou outra se nos terá escapado. Registamos todavia e faço permitam-me talvez o excesso do uso da palavra, fazemo-lo com alguma humildade, mas registamos o facto de o Senhor Membro da Assembleia se ter referido, e ter pedido pela primeira vez desculpa a um outro interveniente. Penso que é um bom exemplo apesar de tudo. Todavia fazemos um apelo contínuo, cada um de nós deve pensar que Ponto da Ordem de Trabalhos estamos a tratar e restringirmo-nos tanto quanto possível a esse Ponto. A retórica parlamentar, a capacidade dos tribunos, a vindita em termos de argumentação poderá estar sempre presente e nós temo-la estimulado, dando inclusivamente sempre a palavra e fazendo um apelo, para que haja intervenções e todos nós possamos aprender. Mas façamos todos de facto um esforço por nesse sentido, todos aproveitamos, a Assembleia fica dignificada e aqueles que representamos naturalmente saberão reconhecer-nos esse esforço.

A Senhora Deputada Elina Fraga - PSD, disse, Senhor Deputado Municipal David Garrido, há uma coisa pela qual seguramente não serei conhecida, por cassete Elina.

Dizer também que só conheço um ser que nunca muda e tem quatro patas e zurra. Conheço outra pessoa que diz que nunca se engana e raramente tem dúvida, não é o meu caso, engano-me, já me enganei muitas vezes na minha vida, espero que essa pessoa que nunca se engana e raramente tem dúvidas seja o próximo Presidente da República Portuguesa. Depois para dizer que não deixa de ser curioso a sua preocupação, o Senhor está preocupado por eu ter saído do CDS e ter integrado o PSD, é que eu acho que a sua preocupação devia incidir

A Raise

mais sobre a debandada de tantos e tantos camaradas seus da CDU para o Bloco de Esquerda e para o Partido Socialista.

Dizer também que o Executivo não precisa de Advogada, até porque o Presidente é licenciado em Direito e julgo que até se inscreveu na Ordem dos Advogados. Neste momento não estará inscrito, julgo que é incompatível, mas já foi advogado e portanto não precisará seguramente dos meus serviços, também para lhe dizer que naturalmente não cobro honorários e como a prestação de serviços de advocacia tem o correspondente recebimento de honorários, eu não os recebo, não serei seguramente advogada de defesa.

Por último para dizer que a sua intervenção a meu ver, também não contribuiu para dignificar o debate nesta Assembleia, porquê? Já falei disso hoje, as pessoas vêm proclamar que é necessário dignificar a Assembleia Municipal e depois não querem debater, ou seja, quando um membro qualquer, seja ele da bancada do PSD, da bancada do CDS, da bancada do PS ou mesmo da CDU faz uma intervenção, qualquer outro membro que possa dar o seu contributo para esclarecer esse mesmo membro, deve dá-lo, a isso é que se chama debater. E o facto de o Senhor Garrido ter pedido esclarecimento ao Executivo não impede naturalmente que eu dê uma achega, ao assunto, naturalmente o Senhor Presidente se tiver alguma coisa a acrescentar, acrescentará, se tiver alguma coisa a dizer de diferente até daquilo que eu disse porque eu não sou dona da verdade absoluta, dará também. Portanto se queremos debater, se queremos dizer que este é o palco privilegiado para o debate, temos que aceitar que se debata não só com o Presidente da Câmara e eu acredito que para si seja melhor, que goste mais de debater com o Presidente da Câmara, mas terá também que debater comigo, tenho dito.

#### O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse:

"Senhor Presidente da Assembleia, por obrigação própria e para não defraudar as expectativas destes seus ilustres Membros, que colocaram aqui as suas dúvidas, têm de ter a resposta do Presidente da Câmara, também para dizer que para responder a todas estas questões se gastasse o mesmo tempo, só sairíamos daqui às seis da tarde. Vou tentar ser o mais objectivo possível, por isso é que são úteis estes intermediários que o Senhor Garrido disse que eram advogados do Executivo, porque senão o Presidente da Câmara tinha que responder durante muito mais tempo, pelo menos como os membros de cada grupo parlamentar, para poder responder a todos. Eu queria completar esta tarefa do advogado, dizendo-lhe que a Dr.ª Elina Fraga não é só boa advogada do Executivo, é uma boa advogada das causas de Mirandela, pode ter a certeza absoluta e hoje demonstrou-o aqui.

Em relação à questão do Orçamento e Plano, vou dividi-la em duas partes muito objectivas.

Disse o Senhor Garrido e muito bem, os Membros da Assembleia, aqui criticam ou concordam, rigorosamente mais nada, têm todo o direito, não podem fazer alterações, criticam ou aplaudem, foi o que fizeram, cumpriram o seu direito e o seu dever. Compete ao Presidente da Câmara esclarecer, depois a Assembleia vota ou não vota maioritariamente o Orçamento e Plano, por isso há quatro ou cinco questões que são transversais e que muito rapidamente passo a explicar.

Grande confusão nesta Assembleia em toda a discussão de todos os orçamentos, quando se diz planeou-se e executou-se esta percentagem, planeou-se 30 milhões, 35 milhões, executaram-se 18 ou 20 milhões, grande discussão, esta Assembleia ficar a saber, todas as regras actuais existentes, em todos os órgãos de tutela, nomeadamente o Tribunal de Contas, falham, e falham porquê? Por uma questão muito simples que é, quando lanço o Concurso de uma obra que pode demorar um ano a decorrer com as diversas fases, e se ela tiver estudos de alguma envergadura ou de impacto ambiental ou outro, atrasa ainda mais, eu tenho que orçamentar na altura do lançamento do concurso dessa obra o valor total porque ela vai ser adjudicada. É evidente se começar mais tarde, desfaz por completo o orçamento previsional,

-41-



isso são questões perfeitamente legais que levam a que um orçamento não tenha a execução que normalmente os membros da Assembleia põem sempre em questão.

Mas também há uma verdade que é preciso ser corrigida. Nem tanto ao mar nem tanto à terra, Senhor Eng.º Baltazar não foram 30%, nós executámos 61% em 2004 e neste momento não olho muito à declaração do PP, porque entram muitos dinheiros nos últimos dois meses, dos fundos comunitários, já vamos em 51%, o que quer dizer que nos vamos aproximar dos 55, 60%. Quer dizer, falta ainda muito é verdade, já dei a explicação, isto que fique claro, é uma questão transversal.

Segunda questão, as pessoas melindram-se com isto, quer dizer, melindram-se quando somos atacados, que vimos de Lisboa, do Porto ou de Vila Real, eu também sou de Vila Real, portanto estou à vontade que nasci lá numa aldeia perto, não é isso que está em causa. O argumento político é este, nós podemos minorar o papel dos Presidentes da Junta e não podemos minorar o nosso. É que, foi dito por 2 ou 3 pessoas, uma coisa que é espantosa que é esta, Senhores Presidentes de Junta, venham cá falar, digam lá o que precisam, vocês estão calados, na vossa terra não se fazem coisas, não falam, e não se lembram que os Senhores Presidentes de Junta, secalhar melhor do que os outros, sabem o que se faz na sua terra, o que se faz equilibrado na sua terra, se não falam é porque estão contentes com aquilo que se faz na sua terra e por isso têm todo o direito de estar calados e de concordar, é o mesmo direito que têm os outros de falar e de achar mal. Isto não é menoridade nenhuma, é uma questão objectiva, prática, porque é que não lhe dão esse benefício da dúvida, porque é que não hão-de ser eles mais espertos do que nós que estamos a criticar. Eles é que vivem a realidade, são enganados? Então há dez anos que lidam com o mesmo executivo ou com o mesmo Presidente da Câmara, se tivessem sido enganados e tivessem tão poucas coisas na sua terra. se tinham mudado de certeza absoluta, já tinham mudado o líder, já tinham apoiado outros, demos-lhes essa responsabilidade também. Se queremos que a nós nos tratem com dignidade, com equidade, com honorabilidade, então tratamos toda a gente do mesmo sentido e não há aqui ninguém que seja menor em relação às questões políticas.

Terceira questão essencial, dinheiro para colectividades, dinheiros para políticas activas de emprego, duas questões que eu achei importantes por uma questão que é curiosa, há aqui um critério subjectivo, então as colectividades de Mirandela são todas da minha cor, é curioso porque se há sector onde todas as colectividades independentemente da cor partidária que têm, não estou a dizer que exista um caso ou outro, não sei, pode existir, mas na sua quase totalidade são consonantes e têm uma política consensual que a Câmara está a apoiar, embora de cores diferentes, onde é que está aqui a cor, a discriminação, não há melhor prova do que esta. Isto aplica-se às políticas que ninguém entendeu pelos vistos que dizem que não compreendem uma rubrica que está em políticas activas de emprego ou em formação, então vou explicar. É assim, além dos funcionários da Câmara e num período de recessão que existe, a Câmara tem mais de 200 pessoas todos os anos, principalmente jovens ou mulheres sem emprego, em programas ocupacionais ou de formação do IEFP ou de outros organismos que os subsidiem, e para ter essas pessoas ocupadas numa crise de desemprego como a que existe, precisa pelo menos de cumprir o mínimo, pagar o subsídio de alimentação, pagar o subsídio de transporte, pagar o seguro e nalguns casos como os estagiários, pagar uma percentagem desse programa ocupacional, é esse o dinheiro que lá está, acho e digo-o aqui é o mais bem empregue que lá está, o desemprego hoje é muito preocupante para qualquer pessoa, quanto mais 200 e tal pessoas que lá estão.

Em relação a despesas correntes, é outra das críticas de todos os mandatos. As despesas correntes estão classificadas em termos de POCAL, já disse dezenas de vezes, é uma repetição eu não me importo, a população não se importa, por isso é que não penaliza que se gaste em despesas correntes, tais como transportes, comunicações, apoio à família, refeições para as crianças, iluminação pública, transportes escolares, etc. Isto já foi discutido aqui há

-42-

quatro anos. Eu tive mais votos agora do que há quatro anos atrás. A população entende, qualquer um entende, tanto entende que dá razão. Nós podemos ter todos razão individual, mas o que conta é a razão colectiva afinal somos todos democratas, por isso, temos que respeitar estas situações. As eleições foram há 60 dias, não tem que haver este discurso, nem tem que haver esta não confiança em termos de um eleitorado que ainda há pouco tempo se pronunciou.

Por último, estratégia para Mirandela, eu pus por último para ser a primeira, é de facto a mais importante e era a que eu gostava de ver discutida, até porque eu consegui bem ou mal, criticado ou não, juntar cerca de 300 Mirandelenses, não interessa se eram os melhores, se eram os piores, foram Mirandelenses à volta de um projecto eleitoral que tem um compromisso para Mirandela. Esse desafio mantém-se hoje. Venham todos os Mirandelenses, todos os que estiverem com disponibilidade, vou fazer isso durante o mandato todo para que, os que tiverem disponibilidade e quiserem colaborar no tal projecto para Mirandela, agora não venham dizer que este Orçamento e Plano não contempla vectores importantes desse desenvolvimento para Mirandela. Criar mais infraestruturas faz parte desse desenvolvimento, fazer o AGROPOLO faz parte desse desenvolvimento, fazer com que as aldeias e a cidade tenham meios de comunicação faz parte desse desenvolvimento, podem-me dizer, não é esse o que neste momento é mais competitivo. Vamos estudá-lo, mas venham todos, vamos juntar aos outros 300, mais 200 e vamos construir em conjunto o futuro para Mirandela que é esse que interessa a todos. Vamo-nos juntar todos principalmente nas questões que nos unem e não naquelas que nos dividem, em termos gerais era o que eu queria dizer nas questões transversais do Orcamento.

Em termos individuais dizer ao Senhor Garrido que isto também não pode ficar por responder, para não ter preocupação que o Imposto sobre Imóveis, é 0,4, é o mínimo e voulhe dizer porquê. A Lei diz que quando não se traz à Assembleia Municipal para aprovação até à data de 30 de Novembro, desde que a Câmara comunique à Direcção Geral de Finanças, se aplica o mínimo, foi o que nós fizemos, não quisemos penalizar mais os Mirandelenses, como tal propusemos que continuasse o mesmo valor que é o mínimo em termos de IMI. Porque é que tem mais valor do que tem o ano anterior, por uma questão muito simples, como sabe agora esses impostos são por zonamentos que vão sendo actualizados, em relação ao ano anterior, tivemos um aumento significativo e esperamos também ter, mesmo com esse mínimo um aumento no ano seguinte, porque o zonamento permite a rectificação dos prédios e das áreas, até se queixam os empresários, está exagerado e por isso nós pusemos o coeficiente mínimo. Para isso não era preciso vir à Assembleia, tinha aprovado no ano anterior, foi só comunicar á Direcção Geral de Finanças.

Em relação à outra questão que pôs que era da habitação social, a questão dos desempregados, já lhe disse porque é que está lá o dinheiro de políticas activas de emprego das instituições sem fins lucrativos o valor é elevado, primeiro é para pagar ainda compromissos da construção do CAO que está a decorrer em Mirandela, já financiámos numa percentagem elevada, mas ainda falta mais verba para que entre em funcionamento. Em segundo lugar, porque temos uma política activa de solidariedade, eu disse e assumi no programa eleitoral e na posse, que era juntamente com um protocolo com a Santa Casa da Misericórdia, transformar os Centros de Dia que não têm ninguém nas aldeias em Mini Lar, para que eles possam ter vida e para que possam ter pessoas a trabalhar e os idosos ficarem lá em vez de virem para Mirandela. É esta política integrada que tem esse valor.

Em relação à habitação social é para fazer o novo Bairro Social. Podem criticar e dizer já o prometeu há quatro anos e não o fiz, por isso já paguei as consequências políticas, se o estou a renovar é porque não as quero pagar outra vez, portanto esta questão que fique definitivamente arrumada no ano de 2006, são 48 habitações em Mirandela, 18 habitações na Torre D. Chama, já estou a concretiza, as outras 32, porque são 96, espalhadas por todas as

A Die

12/22)

H Blies

freguesias onde houver mais de 3 famílias, que estejam em situações de serem enquadradas neste projecto, porque tem um regulamento legal, porque é habitação a custos controlados. Não posso dizer quais são, temos que fazer esse levantamento e se não houver três não é viável fazer com custos controlados.

Em relação ao Dr. Maximino Monteiro, não vale a pena dizer nada, ele disse tudo e disse tudo desta forma muito simples, ao que parece e penso que foi assim, não é um bom orçamento, pelo que vota contra, demonstra tudo, também não merece mais explicação.

Em relação ao Dr. Rui Magalhães, levantou uma questão, pertinente e que eu queria frisar, que é o progresso que houve na relação entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, na questão das transferências correntes, é que passam a mensagem de que a Câmara acabou com as transferências correntes, as transferências ordinárias para as Juntas de Freguesia, vou dizer o número real e que os Presidentes da Junta sabem, a Câmara transfere todos os anos e transferiu ano passado, 140 mil contos, 700 mil Euros fixos por ano para o conjunto das 37 Juntas de Freguesia em dinheiro, e transfere duas vezes mais em materiais para as mesmas Juntas de Freguesia. Em conjunto dá mais de dois milhões e meio de euros de transferências certas e correntes sem nenhuma obra da Câmara. Que me venham dizer que posso dar 5 milhões tem toda a razão, pode-o recomendar, agora vejam o esforço, são dois milhões e meio de euros fixos de transferências correntes para as Juntas de Freguesia.

Em relação ao Eng.º Baltazar, dizer-lhe na questão da estratégia e fazer-lhe aqui o reconhecimento público de uma coisa, sempre esteve disponível para o serviço público em termos daquilo que lhe pediam para o desenvolvimento de Mirandela, que não fiquem duvidas, não foi por nenhuma questão político partidária que ele foi chamado, não quero que fique essa dúvida porque o Eng.º Baltazar não a merece, foi para o estudo de um projecto para Mirandela no caso o Agropolo, em que até às noites em que estava em Mirandela deu o seu contributo. Tem que se prestar justiça nesta situação e mais do que isso, conhece o sistema privado, Assim pode contribuir decisivamente para que se melhorem essas situações.

Em relação às outras questões postas aqui, penso que praticamente ficaram todas diluídas, o Senhor Dr. Luís Sousa diz, o que dissemos aqui, foi a mesma coisa que na campanha eleitoral e assumimo-la, ainda bem, está correcto, o contrário é que seria de imaginar diferente. Em relação às avenças, tarefas e decorações, deixem-me esclarecer para que fique bem claro. É assim, hoje para que funcionem os jardins de infância das aldeias na componente de apoio à família temos cerca de 12 tarefeiras. O que é que são isso das tarefeiras e para que é que servem. Em vez de estarmos a contratar pela Câmara outra funcionária, porque têm Educadora e têm uma Auxiliar obrigatória por lei, a outra é só para a refeição e para o horário das cinco e meia às sete, então contratamos nessas aldeias, tarefeiras que prestem esse serviço que depois é financiado pelo Ministério da Educação. Também temos algumas avenças no âmbito de alguns projectos comunitários nomeadamente a "Terra Olea" e a questão do programa comunitário que existe em termos de arqueologia, que entram como avenças, são técnicos e têm que aparecer aqui os seus valores. Sobre os estudos, pareceres e projectos, eu acho que até devia haver mais para corresponder à tal estratégia que colocou o Eng.º Baltazar, podiam entrar aqui essas ideias, premiá-las, pagá-las e ter financiamento, ainda não tem, é o primeiro ano de mandato, temos mais três, podemos aperfeiçoar todas estas situações, era isto que me oferecia dizer".

O Senhor Deputado David Garrido – CDU, "Apenas dois esclarecimentos. Primeiro, nesta Assembleia trato questões políticas há muitos anos, quase há 30 que ando na política e nunca me quis aborrecer com as pessoas. Trato dos assuntos políticos, não é, nunca foi minha intenção, tratar alguém menos bem como pessoa. Trato das questões políticas, tenho a minha maneira de ver, provavelmente não terei uma maneira tão polida de falar, sou o que sou, mas quando o faço, faço-o sempre e já o tenho dito mais vezes, faço-o sem o

-44-

propósito de achincalhar ou me aborrecer com alguém em termos pessoais. Aquilo que eu defendo e trato são questões exclusivamente políticas, tenho a minha maneira de ver. Quando eu dizia à doutora que por coincidência é advogada, ainda que não o fosse provavelmente utilizaria a mesma terminologia.

Políticas activas de emprego e formação profissional, quando eu perguntei para que é isto, o Senhor Presidente acabou de me dizer que já vem há muitos anos esta mesma situação, só que, comparei o orçamento de 2005 e esta rubrica não está cá, como não está cá é uma rubrica nova, perguntei, estou esclarecido".

# O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse:

Senhor Garrido, peço desculpa de o interromper, deixe-me interrompê-lo como mandam as boas regras, chamo apenas a atenção para sermos objectivos e respeitarmos as regras. Estamos a tratar do orçamento e aproximamo-nos do momento único da votação, pedia-lhe o favor ou recomendava-lhe para que fosse objectivo nessa matéria.

#### Votação

Votos Contra 11 Abstenções 5 A Favor 48

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, aprovar o Plano e Orçamento Plurianual da Câmara Municipal de Mirandela.

# <u>Ponto N.º 4</u> <u>Plano e Orçamento / PPI dos SMA</u>

O Senhor Deputado David Garrido - CDU, disse, provavelmente vão ficar muito chocados com a palavra que vou usar, mas fiz prévia consulta ao Dicionário e à Enciclopédia, no sentido de evitar ferir a susceptibilidade de alguém, aquilo que eu quero dizer é que, enquanto existir a "roubalheira", roubalheira, na versão popular é um exagero de custos. Enquanto existir no Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Mirandela, o pagamento de uma taxa de lixo e de saneamento, a quem, pelo facto de ter o contador de água em casa, mesmo sem gastar um milímetro de água tenha que pagar a taxa de saneamento e de lixo, eu votarei sempre contra este Plano e Orçamento. Não acho justo, pelo facto de a gente quando constrói uma casa, à espera de a poder alugar, por acaso até tenho situações dessas, construí um espaço comercial, estou à espera de o alugar, construí os escritórios estou à espera de os alugar, entretanto pedi o contador da água, todos os meses pago a taxa de saneamento e do lixo, que como sabem é superior à Contribuição da Habitação, apesar de não gastar um milímetro de água, enquanto isto assim for, como não posso propor alterações, voto contra.

# O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse:

A única explicação que posso dar ao Senhor Garrido, é que os Serviços Municipalizados têm um Regulamento que têm que aplicar, mesmo em situações como as que acabou de referir. Onde não há saneamento, os utentes têm-se dirigido aos serviços a dizer que não têm saneamento, têm sido ressarcidos das respectivas taxas. Nas outras questões onde está o saneamento, embora estejam fechadas, o regulamento não nos permite em termos legais fazer isso. Há que rever o Regulamento, só dessa forma.

# Votação:

As pessoais Aquilo que en

-45-

Votos Contra 1 – (David Garrido – CDU)

Abstenções 0 A Favor 53 A Daire

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, aprovar o Plano e Orçamento / PPI dos SMA.

#### Ponto N.º 5

# Empréstimo a Médio e Longo Prazo no valor de 1.300.000,00 €.

# O Senhor Deputado David Garrido - CDU, disse:

"Por princípio, não somos contra os empréstimos que a Câmara pede, eu também quando quis construir, tive que pedir um empréstimo que vou pagando. Só que uma coisa é o empréstimo para determinado fim, outra coisa é o empréstimo como vem em Acta para pagar dívidas. Ora se é para pagar dívidas, foi porque houve má gestão, porque se tivesse havido boa gestão, quando se lançaram obras havia que saber onde é que se havia de ir buscar o dinheiro, portanto esse dinheiro devia existir para pagar aos empreiteiros. Agora fazer um empréstimo para pagar dívidas a empreiteiros e a outros fornecedores, considero má gestão, portanto como este pedido de empréstimo não é para uma obra, vou votar contra"."

# O Senhor Presidente da Câmara Municipal:

É só para esclarecer o Senhor Garrido, ainda bem que ele coloca estas perguntas, porque s através do Senhor Garrido se esclarece toda a Assembleia Municipal.

E a questão é esta em termos simples, sabe que agora há um controle muito apertado e ainda bem que apresentou essa moção, sobre a questão do não cumprimento da Lei das Finanças Locais. Foi através da Ministra das Finanças que era do meu partido, portanto nem sequer sou suspeito para o dizer, as Câmaras Municipais só podiam contrair empréstimos, depois de autorizados pelo Ministério das Finanças e no valor da amortização do ano anterior dos empréstimos que tinham, mais nada. Isto quer dizer uma coisa, que este empréstimo que está aqui de 1.300.000,00€, foi o único autorizado pelo Ministério das Finanças à Câmara de Mirandela, de acordo com estes critérios que eu lhe acabei de dizer. Há outras Câmaras que nem sequer este valor têm. Há outras que terão mais. Porque é que ele só vem agora. Por uma questão simples. Primeiro o empréstimo não era ou não devia ser para pagar dívidas, devia ser para realizar obras. Só que há aqui uma questão que toda a gente entende é que eu já contava com este empréstimo no orçamento para realizar obras e por isso é que ele vai ficar mais reduzido no tempo. Não houve condições políticas em determinada altura para o levar à aprovação do Executivo, só agora é que as tive, por isso é que vem agora à Assembleia Municipal

#### Votação

Votos contra 9 Abstenções 3 A favor 48

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria aprovar o Empréstimo a Médio e Longo Prazo no valor de 1.300.000,00 €.

4 Pai

#### Ponto N.º 6

# <u>Protocolo da Delegação de Competências da Gestão do Aeródromo Municipal de Mirandela</u>

# O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse:

Só uma explicação muito simples, há muitos anos e a maioria dos Mirandelenses têm vindo a pedir que a pista do aeródromo seja pavimentado. Por circunstâncias várias as pessoas têm medo de aterrar aqui com as suas aeronaves, porque lhes causa prejuízos. O aeródromo não se torna atractivo sem essa pista alcatroada, mais do que isso, nós até fomos há muito pouco tempo, dizendo que o aeródromo não tinha as condições ideais para funcionar nos fogos florestais, os aviões de maior porte já não podiam vir porque não tinha pista alcatroada. Com esta delegação de competências, da gestão do aeródromo pelo Aeroclube, destina-se essencialmente a que o Aeroclube rapidamente promova essa pavimentação da pista, assim o Aeroclube contrai um empréstimo, a Câmara paga as prestações mensais, concretizando-se esta melhoria muito mais rápido.

# A Senhora Deputada Elina Fraga:

Era só um pedido de esclarecimento. Este Protocolo de Delegação de Competências já foi agendado há sensivelmente quatro meses e foi retirado na altura da Ordem de Trabalhos. Eu gostaria se o Senhor Presidente da Câmara me souber dar essa satisfação, de compreender os motivos que levaram à retirada desse agendamento, isto porque na altura sendo a Câmara governada por uma maioria CDS – PS e depois de terem sido ratificados ou pelo menos foi deliberado que iriam pagar os duodécimos do contrato programa de desenvolvimento desportivo celebrado com o Sport Clube de Mirandela e também com o Clube Ténis de Mesa de Mirandela, porque é que em relação a este Protocolo de Delegação de Competências não foi tomada a mesma posição, o que permitiria que porventura neste momento já tivesse a pista pavimentada, ou seja, gostaria que me fosse explicado porque é que tendo sido este Protocolo aprovado por unanimidade, não o foi há quatro meses atrás.

# O Senhor Presidente da Câmara Municipal:

É uma pergunta com uma difícil resposta, porque só quem vota contra, é que conhece os motivos.

A minha opinião pessoal foi transmitida, naquela altura estávamos perto da campanha eleitoral, só votariam esta situação depois das eleições e votariam a favor, como fizeram os que continuaram, portanto para bom entendedor meia palavra basta, não era altura oportuna para à maioria que tinha na Câmara ser aprovado este Protocolo.

#### Votação

Votos Contra 0 Abstenções 0

A Favor Aprovado por unanimidade

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar o Protocolo de Delegação de Competências da Gestão do Aeródromo Municipal de Mirandela.

#### Ponto N.º 7

Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para os seguintes Órgãos

- Conselho Cinegético Municipal

- Conselho Municipal de Educação

- Assembleia Distrital

- Associação Nacional de Municípios Portugueses

# O Secretário da Mesa da Assembleia, disse:

É nosso propósito, a fim de abreviar as 4 votações, por à consideração a possibilidade de as efectuar em simultâneo, utilizando para o efeito 4 boletins de voto de cor ddiferente, destinando previamente uma cor a determinada eleição, assim:

Cor Verde - Conselho Cinegético Municipal Cor Rosa - Conselho Municipal de Educação

Cor Amarela - Associação Nacional de Municípios Portugueses

Cor Branca - Assembleia Distrital

Entretanto, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, informou que suspendia os trabalhos pelo período de 15 minutos, a fim de que os partidos se organizassem, tendo em vista a apresentação de listas candidatas às eleições que de seguida iriam ocorrer.

Esgotado o intervalo de 15 minutos, deram entrada na Mesa 2 listas, as quais foram designadas de **A** e **B**, conforme ordem de entrega.

Lista A – apresentada pelo Grupo do PSD, assim constituída:

Conselho Cinegético Municipal José Carlos

Conselho Municipal de Educação Paulo José Nascimento Sobrinho Associação Nacional de Municípios Portugueses Bernardino Manuel Pereira

Assembleia Distrital

Rui Miguel Costa Sá

Lista **B** – apresentada pelo Grupo do CDS/PP

Conselho Cinegético Municipal Manuel Amílcar Silva
Conselho Municipal de Educação Alberto José Pires da Silva
Associação Nacional de Municípios Portugueses
Assembleia Distrital Alberto José Pires da Silva

Entretanto, dado que ninguém colocou qualquer obstáculo à realização em simultâneo das 4 eleições, foi esta decisão entendida como aprovada por unanimidade.

De seguida deu-se início à votação, por ordem de chamada dos 75 elementos que integram a Assembleia Municipal, a fim de exercerem o direito de voto, tendo-o exercido apenas os 61 membros presentes na sala.

Concluída a votação, procedeu-se à abertura da urna, tendo-se verificado o seguinte resultado:

# Para o Conselho Cinegético Municipal

Votos Brancos	5
Votos Nulos	0
Votos Lista A	45
Votos Lista <b>B</b>	11

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal por escrutínio secreto, voto em urna, elegeu para o Conselho Cinegético Municipal, o Membro José Carlos, Presidente da Junta de Freguesia de Abambres.

# Para o Conselho Municipal de Educação

Votos Brancos	4
Votos Nulos	0
Votos Lista A	44
Votos Lista B	13

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal por escrutínio secreto, voto em urna, elegeu para o Conselho Municipal de Educação o Membro Paulo Sobrinho, Presidente da Junta de Freguesia de Pereira.

# Para a Associação Nacional de Municípios Portugueses

Votos Brancos	4
Votos Nulos	0
Votos Lista A	44
Votos Lista B	13

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal por escrutínio secreto, voto em urna, elegeu para a Associação Nacional de Municípios Portugueses o Membro Bernardino Manuel Pereira, Presidente da Junta de Freguesia do Romeu.

#### Para a Assembleia Distrital

Votos Brancos	5
Votos Nulos	0
Votos Lista A	44
Votos Lista B	12

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal por escrutínio secreto, voto em urna, elegeu para a Assembleia Distrital o Membro Rui Sá, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas.

O Membro da Assembleia Municipal David Garrido, solicitou aos Membros agora eleitos, que regularmente informem a Assembleia Municipal dos assuntos e decisões tomadas nos diversos órgãos, que a partir desta eleição vão integrar.

#### Ponto N.º8

# Outros Assuntos de Interesse para o Município

O Membro David Garrido – CDU, colocou as seguintes questões:

- Ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

Perguntou se vai ou não reunir-se a Comissão para Revisão do Regimento da Assembleia Municipal, é que falou-se nesta questão, só que não houve qualquer conclusão.

\_49.

# - Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal:

Se já tinham sido nomeados os Secretários, Chefe de Gabinete e Assessores do Senhor Presidente, bem como dos Vereadores, conforme previsto no art.º 73 da Lei 169, pelo que pedia para que lhe fosse fornecida uma listagem com os nomes das pessoas que ocupam esses lugares.

Outra questão que também foi abordada, tinha a ver com a PSP, contudo não se formou uma opinião em torno daquilo que se poderia fazer. É que, provavelmente hoje algo poderia ser feito, daqui a alguns dias poderá ser tarde.

Sugeriu também ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para que no Plano de Actividades, levasse a consideração a concretização das seguintes infraestruturas:

- Uma Casa Mortuária independente de todas as religiões, por forma a evitar que as pessoas não tenham necessidade de ocupar as Igrejas, ou terem mesmo que ficar em casa.
- Disse que, é também sentida a necessidade da criação de uma área onde os reformados e aposentados da cidade bem como do Concelho, se possam encontrar, conversar e até poderem tratar alguns dos seus problemas comuns, sem que tenham que se ver a passar o seu tempo nos Centros de Dia. Seria no fundo um Centro de Convívio, onde pudessem ler o jornal, participar nos mais diversos jogos, ver TV..
- O **Membro Luís Sousa CDS/PP**, disse reiterar o interesse do seu grupo na criação da comissão para revisão do Regimento da Assembleia Municipal.

Disse também que, no âmbito das suas funções de Professor em Lisboa, tinha possibilidade de integrar alguns alunos da Escola Secundária de Mirandela, na semana da ciência e tecnologia promovida pela universidade onde é docente, só que para tal, é fundamental o apoio da Câmara Municipal em termos de transporte e estadia, pelo que perguntava ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela qual a disponibilidade para apoiar esta acção?

#### O Senhor Deputado Rui Magalhães – PSD, disse:

Para terminar, queria fazer só algumas referências, em primeiro lugar às obras que estão a decorrer no cemitério antigo, está a ser pavimentado. Sei também que estão a ser construídas casas de banho, era uma intervenção muito desejada e já muito pedida por várias pessoas, mas ninguém fez esta referência, eu convido-os a visitar o cemitério antigo que vai ficar obviamente em condições muito mais dignas para receber quem infelizmente tem necessidade de lá ir.

Uma referência também para a APPACDM de Mirandela que tem instalações novas de excelente qualidade e funcionalidade, no entanto carece do apoio do Estado, da Sociedade Civil e também dos empresários para que possa ser dotada do mobiliário e de outros equipamentos tão necessários. A APPACDM faz um trabalho excepcional a nível de apoio a crianças, jovens e adultos e que têm dificuldades a vários níveis.

Também uma referência especial ao n.º 2 da Revista Ouro Virgem que foi ontem feita a apresentação, uns puderam estar presentes, outros não. É de facto uma revista de grande qualidade, eu diria mesmo de valor internacional, que promove um dos produtos mais genuínos da nossa região, o azeite.

Queria também pedir, eu penso que não há aqui muita gente do Partido Socialista, mas penso que dois ou três que aqui estarão concerteza que vão transmitir aquilo que eu vou dizer, penso que era importante, por uma questão de estética, retirar alguns cartazes que ainda permanecem e que restaram das anteriores eleições autárquicas porque além de ofuscar a iluminação de Natal, também pode não ser muito bom para a pessoa que está nos cartazes, porque secalhar diariamente se confronta com a sua imagem e com secalhar uma experiência negativa que teve nas eleições autárquicas. Finalmente termino, desejando um feliz Natal a

# Deire

-50-

todos sem esquecer um grande Mirandelense que é o Lelo, que eu penso que muitos sabem, está a passar por um período muito difícil na sua vida e outros, concerteza e também sem esquecer o Vieira, porque acho que é importante nós também estarmos a favor de quem não tem capacidade, de quem é desfavorecido, o Vieira e outros Vieiras que por aí andam, penso que também devem ser respeitados por nós todos, um feliz Natal a todos e até para o ano. Muito Obrigado.

#### O Senhor Deputado Rui Sá – PSD:

Lembrou que em tempos, para licenciamento de uma obra particular em qualquer localidade, era pedida uma informação à Junta de Freguesia, embora esta informação ou parecer não fosse vinculativo, no mínimo alertava para determinadas situações que deveriam merecer alguma atenção, evitando assim situações passíveis de posteriormente se tornarem foco de conflito.

Assim, deixou um pedido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para que esta pratica fosse reintroduzida no processo de licenciamento de obras particulares, sem que contudo tivesse poder vinculativo.

Relativamente à manutenção da sede da DRTM em Mirandela, na medida em que, enquanto cidadão ou funcionário do Ministério não tem qualquer conhecimento, pedia ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que prestasse as informações que dispõem sobre este assunto.

O Senhor Deputado Eduardo Almeida – CDS/PP, disse que o que tinha para interrogar o Senhor Presidente, tinha a ver com o cemitério de Mirandela, mas o Dr. Rui já falou. Eu há cerca de dois anos coloquei essa questão numa reunião de Câmara Municipal, é evidente que me dói como Mirandelense, ver aquele cemitério nas condições em que se encontra, com água a escorrer, com a capela que é uma sala de arrumações, não tem dignidade, não tem espaço para guardar os materiais dos funcionários que ali trabalham, porque o fazem naquela capela, não tem uma casa de banho. Congratulo-me se realmente essas obras estão em funcionamento e já agora não se esqueça também do novo cemitério, porque também precisa ali de uma intervenção, porque tal como eu disse na altura, quem torto nasce, tarde ou nunca endireita e eu penso que devia nascer logo com as condições dignas que nos merecem os nossos entes, que foram Mirandelenses como nós e se encontram ali sepultados.

#### O Senhor Deputado Alberto Silva – CDS/PP:

Exm.º Senhor Presidente da Assembleia e respectiva Mesa, Exm.º Senhor Presidente da Câmara e respectivo Executivo, Caros Munícipes e meus caros colegas.

Antes de mais devo dizer que não nomeei alguém para falar em meu nome, acho que não foi nomeado alguém para falar em nome de todos os Presidentes da Junta. Nem gostei como foi minimizado o cargo de Presidente da Junta. Devo dizer que as eleições de Junta assim como das de Câmara Municipal, ganham-se e perdem-se e nem sempre o Presidente da Câmara ganha uma Junta e nem sempre um Presidente da Junta ganha uma Câmara. Acho que nesta casa deve-se elevar o discurso e não entrar em discursos paralelos e pessoais. E para além de outras posições menos felizes, devo dizer que a qualidade não se mede pelo número. Para terminar, devo dizer que me abstive para dar o benefício da dúvida a este novo Executivo e dizer ao Executivo que vou estar atento, para que, o discurso de que todas as Juntas sem excepção terão os mesmos benefícios não seja mera retórica. Para terminar, desejo um bom Natal e um bom Ano Novo a todos.

#### O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse:

A Device



Uma vez que fui questionado directamente, queria dar uma informação ao Senhor Garrido e ao Senhor Dr. Luís Sousa. Eu estava a pensar que a questão da Comissão para a revisão do Regimento, era um assunto pacífico e estava à espera que me indicassem os nomes, porque de início foi isso que eu disse. Se os diferentes grupos nos fizerem chegar o seu representante, vamos constituir essa comissão para tratar da Revisão do Regimento. Antes de terminarmos esta sessão, façam o favor de nos indicarem os nomes de cada grupo para constituirmos essa Comissão de Revisão.

Relativamente à questão da PSP, quero também dar uma informação. Durante o período em que estive na Assembleia da República, foi um assunto ao qual demos muita atenção, e muito tempo. Debatemos o assunto aqui com o Executivo, tivemos em Lisboa contactos, quer com membros do Governo, quer com as entidades competentes da Polícia de Segurança Pública e alimentaram-se de facto algumas perspectivas. Devo dizer até que a atitude e o trabalho que a Câmara Municipal fez nessa matéria, no que respeita à cedência de terrenos e até ao que foi tratado nos diversos PIDDAC dos Governos, julgo que se trabalhou bastante. Mas esta Assembleia é soberana para apresentar moções de censura, ou votos de confiança, de elaborar comissões para tratar do assunto, mas julgo que Mirandela e nisso devemos estar todos unidos, devemos lutar e reivindicar a presença da P.S.P. de que tanto nos orgulhamos, porque quem está atento, quem vive o dia a dia, quem lê os jornais, sabe muito bem, é uma questão de justiça, até de lhe manifestar uma prova de confiança no bom trabalho que a Polícia tem feito.

#### O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, disse

Primeiro para responder ao Senhor Garrido, que por escrito lhe fornecerei os dados que pediu, tal como pediu em relação à primeira questão. Em relação à recomendação, agradeço-lhe com sinceridade, nunca tinha pensado nisso e acho que até temos locais próprios e provavelmente, com pouco investimento se possam preparar tais situações. Vou tomar boa nota da recomendação.

Em relação ao Senhor Professor Luís Sousa, agradecer-lhe a disponibilidade e dizer-lhe já que sim, que estamos disponíveis para pagar a deslocação e estadia dos alunos da Escola Secundária que estiverem interessados, tratando esta questão, evidente com a Escola Secundária que tem a respectiva autonomia e depois o Conselho Executivo pedindo esse apoio à Câmara, como aliás, já o deu este ano a 70 jovens de Mirandela que frequentaram a Universidade Júnior no Porto, e que lhes ajudou muito em termos de conhecimentos e de intercâmbio que também no Porto se fez este ano na Universidade, financiámos a ida e uma semana de deslocação de 70 jovens.

Em relação ao Senhor Presidente da Junta de Vale de Gouvinhas, dizer-lhe que tenho que articular isto com os Serviços Técnicos, porque estas questões são técnicas e não está aqui o Eng.º Branco, vou pensar e vamos ver isso.

Em relação ao Sr. Dr. Eduardo Almeida, sobre o cemitério de Mirandela e da preocupação, que já devia ter começado há dois anos, é verdade e aquilo que era uma dor de alma, olhe eu ainda tenho muitas em Mirandela. Tenho pena, mas ainda tenho muitas dores, porque ainda há muitas coisas que ainda precisavam ser melhoradas e feitas e ainda não foram. Agora nós temos é que ir fazendo e aliviando a dor uma de cada vez antes de morrermos senão com muitas dores acabamos por morrer. Hoje está o cemitério que tem um plano de intervenção que é de calcetamento de casas de banho e de recuperação da capela, estou a falar do cemitério antigo. No cemitério novo, sei que há um plano que ainda não está cumprido, não sei nesta data nem nesta fase qual é o prazo da sua execução, mas de certeza absoluta que merece ser melhorado. E se nasceu torto, temos que o endireitar, porque aí não há outra solução.

Em relação ao Senhor Presidente da Junta dos Passos, eu só tenho que lhe dizer duas coisas muito simples. Em relação às transferências correntes que acabou de ouvir para todas as Juntas de Freguesia no Protocolo, terá exactamente o mesmo tratamento como todos os seus colegas. Aliás, no mandato anterior, nos 37, eu ainda tinha menos Presidentes de Junta do PSD, do que actualmente e cumpri com todos, exactamente com todos. Agora também se tiver alguma decisão da Câmara de discriminação mais positiva em relação a outras aldeias, reconheça isso também.

#### O Senhor Deputado Dinis Veiga – PSD:

Senhor Presidente, é sobre a Comissão de Revisão do Regimento. É que pediu nomes, mas estamos a começar pelo fim, é que antes de pedir nomes e isso depois os partidos indicam, devemos definir a composição de quantos elementos vai ter a composição, porque se nós vamos indicar um elemento de cada partido, estamos sujeitos depois, ele vir a plenário e esta estrutura de regimento ser reprovada. Portanto a Comissão da Revisão do Regimento, tem que traduzir aquilo que há na Assembleia Municipal. E assim eles farão um trabalho válido e quando vier, depois é que será apresentado aos Senhores Membros da Assembleia Municipal, que votarão a favor, ou votarão contra, isso depois é independente. Por isso eu propunha que, para não estarmos a banir o Partido Comunista que só tem um, tem que ser começado por aí, talvez um da CDU, que seria o Senhor Garrido, é o voluntário à força, um do PS, um do PP, que dá três elementos, como a maioria é PSD, pelo menos três elementos do PSD.

#### O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse:

Agradeço a sugestão, a nossa ideia, era que esta comissão fosse uma comissão prévia de elaboração, quer dizer, este grupo com uma representação equitativa, sem atender à representatividade numérica, poderia elaborar um anteprojecto que apresentaria na próxima Assembleia e que seria votado.

# O Senhor Deputado Dinis Veiga – PSD, disse:

"O que interessa é a proposta que está na mesa para ser votada, depois vamos deixar a liberdade aos partidos para indicar a pessoa que os vai representar".

#### O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

Então sendo assim, passamos à frente e a Mesa aguardará a informação dos partidos.

# O Senhor Deputado David Garrido - CDU:

Eu estou de acordo com a proposta que apresenta o Professor Dinis, mas o problema é que a gente não pode estar "adi eternos" à espera, temos que ter uma data. E então era apresentada hoje esta proposta, era votada e eu não vejo inconveniente nenhum, porque creio que estamos todos para melhorar e não para prejudicar. Aceito perfeitamente a composição que foi transmitida pelo Professor Dinis. Enfim, estou numa posição algo incómoda porque sou sozinho, os outros são mais e poderão querer apresentar mais, mas como também não vejo inconveniente nisso, mas tínhamos que definir datas e sair já daqui, quando é que essa reunião acontece para poder elaborar, senão na próxima Assembleia está tudo por fazer outra vez. Sei que não é assim muito extensa a revisão, é claro que a proposta que a comissão apresentar vai ser sempre discutida pela Assembleia e depois será votada, mas creio que já deve vir o trabalho feito, também já fiz parte várias vezes da comissão de revisão do regimento e portanto as coisas são fáceis, têm é que se definir datas, sob pena de que a gente passe aqui a vida inteira sem avançar.

.



#### Votação

Quem é que vota Contra?

Quem se abstém?

Nessa altura é aceite por unanimidade.

A Mesa só tem uma proposta, parece que ficou muito claro. Sendo assim, não havendo mais assuntos a tratar, vamos encerrar a sessão. Falta a votação.

Então sendo assim, temos antes de terminar mais um Período de Intervenção Aberta ao Público.

#### Ponto N.º 9

# 2.º Período de Intervenção Aberta ao Público

#### O Cidadão Cassiano Reboredo, autorizado para o efeito, disse:

Senhor Presidente é apenas para intervir num assunto que diz respeito ao plano dos Serviços Municipalizados. É uma situação que me parece pertinente e chamaria a atenção para isso da Câmara Municipal para que tomasse em conta, é o seguinte. Todos nós pagamos taxa de lixo e saneamento, agora eu pergunto. Porque é que um prédio em propriedade horizontal, onde habitam 10, 15 ou 20 famílias terão que pagar a dobrar, porque do prédio também lhe é facturado taxa de lixo e saneamento. Ora quanto eu sei, os prédios são um bloco de betão, não fazem lixo, não fazem necessidades, não há saneamento, já pagam os seus moradores porque razão há-de vir na factura também e eu falo isto porque só me apercebi que esta situação acontecia, quando passei a ser Presidente do Condomínio do prédio onde habito e portanto parece-me uma injustiça, parece-me de facto que era uma situação a rever com muita premência, porque as pessoas não têm que ser penalizadas e pagar duas vezes a mesma taxa.

A 2.ª questão, porque foi referido o meu nome da parte da manhã e para dizer o seguinte, é que contrariamente ao que dizia o Professor Dinis, eu não utilizo em primeiro lugar o materialismo, nunca andei à procura de nenhum tacho, como tal se andasse à procura dele, teria sido inscrito numa lista onde pudesse ser eleito, mas entendi que não devia ser. Por azar tive que ser eleito numa Freguesia das Aguieiras, por acidente, foi um mero acidente. Mas na certeza porém, não vale a pena explicar porquê, não dá para ter esses tachos, porque se quisesse e se fosse materialista não me tinha reformado aos 60 anos duma empresa privada, tendo o salário de 320 contos e passando a receber agora como reforma duzentos e pouco. Portanto continuava a trabalhar porque tenho bom físico e boa saúde para trabalhar. Era só.

#### O Senhor Presidente da Câmara Municipal:

Só sobre a questão dos Serviços Municipalizados, é só para dizer que para se fazer esta modificação temos que novamente trazer o Regulamento dos Serviços Municipalizados à Assembleia Municipal, porque ele foi aqui aprovado por maioria, portanto eles têm que o cumprir. É uma situação que na Câmara vamos discutir primeiro e se depois trazemos ou não essa alteração à Assembleia Municipal. Tem que primeiro a Câmara decidir.

#### O Senhor Deputado Dinis Veiga – PSD:

Eu só quero que a Mesa ponha em prática o Regimento. Estas intervenções abertas ao público é preciso ter muito cuidado Senhor Presidente.

#### O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:



Ó Senhor Professor Dinis, eu peço-lhe imensa desculpa, mas compete à Mesa analisar e dar espaço aos Munícipes, eu estava com o Regulamento e se se vai referir a esta questão, eu penso que é pouco oportuno e não tem sentido.

# O Senhor Deputado Dinis Veiga – PSD:

É que a continuar assim Senhor Presidente, tem aqui um sócio dos Bombeiros a dizer que os Bombeiros chegam tarde e não podem apagar os incêndios e não têm água. Têm um sócio do Sport Clube a reclamar contra o mau jogo que fizeram. Tem um sócio da Associação a dizer que a banda toca alto. Afinal como é isto Senhor Presidente. As intervenções abertas ao público, é para discutir e fazer perguntas do Município, é isso que eu quero que se cumpra.

# O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

É o que o Senhor Professor quer o que se cumpra, mas o critério é da mesa, tem outras oportunidades de manifestar o seu desagrado. A Mesa tem o propósito e tem o dever de dar voz aos seus Munícipes e cortará a palavra sempre que o entender.

Então antes de encerrar esta sessão, transmitia os meus cumprimentos e votos de Boas Festas ao Executivo, aos Senhores Membros desta Assembleia e ao Povo do Concelho de Mirandela. Está encerrada a Sessão.

#### **Encerramento:**

Dado não haver outros assuntos a tratar, quando eram 18h:30m, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por terminada a reunião, da qual foi lavrada a presente Acta, a qual vai ser assinada pelos Senhores Presidente e Secretários da Assembleia Municipal.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DR. JOSE MANUEL PAVAO

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

JORGE MANUEL PEREIRA

O SEGUNDO SECRETÁRIO

ÞÁ. HUMBERÞÓ ANTÓNIO CORDEIRC